

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

SÁVIO RODRIGO NARDELLI

PENSANDO O GIRO DECOLONIAL NA AMÉRICA LATINA: O CASO DO BRASIL
NOS DEBATES DO COLETIVO MODERNIDADE/COLONIALIDADE

Florianópolis

2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

SÁVIO RODRIGO NARDELLI

PENSANDO O GIRO DECOLONIAL NA AMÉRICA LATINA: O CASO DO BRASIL
NOS DEBATES DO COLETIVO MODERNIDADE/COLONIALIDADE

Florianópolis

2020

Sávio Rodrigo Nardelli

**Pensando o giro decolonial na América Latina: o caso do Brasil nos debates do Coletivo
Modernidade/Colonialidade**

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em Ciências Sociais do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Elizabeth Farias da Silva

Florianópolis

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Nardelli, Sávio Rodrigo

Pensando o giro decolonial na América Latina : O caso
do Brasil nos debates do coletivo

Modernidade/Colonialidade / Sávio Rodrigo Nardelli ;
orientadora, Elizabeth Farias da Silva, 2020.

73 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, , Graduação em
Ciências Sociais, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. Ciências Sociais. 2. Brasil. 3. América Latina. 4.
Modernidade/Colonialidade. I. Farias da Silva, Elizabeth .
II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em
Ciências Sociais. III. Título.

Sávio Rodrigo Nardelli

Pensando o Giro Decolonial na América Latina: o caso do Brasil nos debates do coletivo
Modernidade/Colonialidade

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Sociais e aprovado em sua forma final pela Comissão examinadora e pelo Curso de Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 20 de dezembro de 2020.

Prof.^a Letícia Maria Costa da Nóbrega Cesarino, Dra.
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Prof.^a Elizabeth Farias da Silva, Dra.
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Amurabi Pereira de Oliveira, Dr.
Avaliador
Universidade Federal de Santa Catarina

Loren Marie Vituri Berbert, Ma.
Avaliadora
Universidade Federal de Santa Catarina

En Santos, entre el olor dulceagudo de los plátanos que, como un río de oro blando, abierto en las espaldas, deja en las márgenes la estúpida saliva del paraíso desquiciado, y un clamor férreo de sombras, de agua y locomotora, una corriente de sudor y plumas algo que baja y corre desde el fondo de las hojas ardientes como desde un sobaco palpitante: una crisis de vuelos, una remota espuma.

(Pablo Neruda, *En la Costa*)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço aos meus pais, que me apoiaram na decisão de cursar ciências sociais. Todos abraços, palavras de incentivo e por estarem sempre ao meu lado. À minha mãe Sandra, pelo exemplo de humanismo e por ter me ensinado à sempre olhar para os lados e não invisibilizar aqueles que vivem em situações de vulnerabilidade, marginalizados pela sociedade. Ao meu pai, Alício e minhas irmãs, Tamires e Alana: de longe ou de perto, vocês dão sentido à minha existência.

Agradeço de coração à Elizabeth, minha orientadora, foi um presente a oportunidade de ter te conhecido. Obrigado por me ensinar a lidar com ética e comprometimento na pesquisa científica. Muito mais do que me orientar, me ajudaste a criar um vínculo especial com minha pergunta de pesquisa, inclusive incentivando-me a seguir para o mestrado.

Pedro, Andrey e William: à vocês, todo carinho do meu coração. Tantas trocas, alegrias e emoções vividas ao lado de vocês nesses anos... Obrigado por fazerem parte de quem eu sou hoje, por todas as risadas, conselhos e conversas, inclusive possibilitando que eu exercitasse e refletisse sobre problemáticas e teorias vistas em sala de aula nesses anos de graduação. Nós vivemos tantas coisas e ainda estamos só no começo. Amo vocês.

Aos amigos que as Ciências Sociais me trouxeram. Clara, não sei se teria chegado até aqui sem toda ajuda e paciência para me explicar assuntos que eu não compreendia em sala de aula. Admiro muito tua capacidade de realmente ouvir e compreender as pessoas. Bruno, você é uma das pessoas mais interessantes e sensíveis que já tive a honra de construir uma amizade. És um irmão pra mim.

À Universidade Federal de Santa Catarina e às professoras e professores do curso, pela excelência no ensino e na pesquisa e pelas condições que deram a um garoto do interior de Santa Catarina de entender como algumas explicações do porquê as coisas são do jeito que são vão muito além do que enxergamos individualmente.

Agradeço a instituição, a todas e todos que conheci na *Universidad Nacional de Cuyo*, que me deram todo o suporte e possibilitaram uma das experiências mais incríveis da minha vida. Também à todas as amigas e amigos que tive a satisfação de conhecer em Mendoza, que me mostraram como há muitas outras possibilidades além das que eu vislumbrava de maneira limitada.

Resumo

A depender do significado que se atribui ao conceito de “América Latina”, por vezes o Brasil pode ou não ser considerado um caso excepcional no subcontinente. Seja por particularidades históricas ou aspectos socioeconômicos e geopolíticos: quando os significados atribuídos ao conceito de “América Latina” extrapolam o geográfico, na prática, nem sempre o Brasil é incorporado ou mesmo considerado um país “latino-americano”. Tem-se como objetivo a aproximação e pesquisa de tal problemática usando-se como objeto de pesquisa o livro “Colonialidade do Saber, Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-Americanas”, publicado pelo Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) e elaborado conjuntamente por alguns dos integrantes do coletivo Modernidade/Colonialidade. O grupo foi precursor da abordagem decolonial nas universidades, realizando um movimento teórico-epistemológico renovador para as ciências sociais. Optou-se pela análise de conteúdo por categorias temáticas, onde foram delimitadas as palavras-chave (“Brasil”; “Portugal”; “Cone Sul” e “América do Sul”) a serem pesquisadas nos textos que compõem a coletânea, com a finalidade de se verificar contextual e tematicamente como é mencionado o Brasil e seu processo histórico de colonização no livro. Com os resultados da pesquisa, chega-se a três eixos comuns identificados à partir das ocorrências: processo de colonização, de escravagismo e produção intelectual.

Palavras-chave: Brasil. América Latina. Decolonialidade. CLACSO. Modernidade/Colonialidade.

Abstract

Depending on the meaning attributed to the concept “Latin America”, at times Brazil can be seen as part of it or an exception inside the subcontinent. Whether by its historical traces or by socioeconomic and geopolitical aspects: when the meanings attributed to Latin America can no longer be defined only geographically, Brazil is often not included or even considered to be a latin-american country. The following work aims to analyse this matter using the book “*La Colonialidad del Saber, Eurocentrismo y Ciencias Sociales. Perspectivas latinoamericanas*”, published by Latin American and the Caribbean Social Sciences Council – CLACSO - formulated jointly by some of the members of the Modernity/Coloniality group. This group is responsible for elaborate and introduce the decolonial approach in the universities, creating a renewing theoretical-epistemic perspective to the Social Sciences field. The methodology used for this research is the content analysis by thematic categories. Certain key words were delimited (“Brazil”, “Portugal”, “Southern Cone”, South America) and searched on all texts that compose the book, with the purpose of verifying the context and the thematic subjects of how Brazil and its historical colonization process were mentioned on the book. As a result, this research indicates three common axes can be identified by the occurrences of the key words: colonization process, race/slavery process and intelectual production.

Key words: Brazil. Latin America. Decoloniality. CLACSO. Modernity/Coloniality.

LISTA DE SIGLAS

GLAES: Grupo Latino-americano de estudos subalternos;

M/C: Grupo Modernidade/Colonialidade;

EUA: Estados Unidos da América;

AIS: Associação Internacional de Sociologia;

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura;

CEPAL: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe;

CLACSO: Conselho latino-americano de Ciências Sociais;

FLACSO: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais;

LASA: (*latin american studies association*).

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Integrantes do M/C por nacionalidade	37
Gráfico 2 – Principais áreas de estudos dos integrantes	37
Gráfico 3 – Localização das universidades em que atuavam no momento da publicação do livro (1998-2000)	38
Gráfico 4 – Autores que mencionam o Brasil no livro	43
Gráfico 5 – Número de ocorrências por palavra-chave	44
Gráfico 6 – Número de ocorrências em cada eixo (Brasil)	63
Gráfico 7 – Número de ocorrências em cada eixo (Portugal)	64
Gráfico 8 – Número de ocorrências em cada eixo (Cone Sul e América do Sul)	64

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 METODOLOGIA	15
2 O PROBLEMA DA COLONIALIDADE NO FAZER SOCIOLÓGICO	17
2.1 A CONTROVÉRSIA DO TERMO AMÉRICA LATINA	19
2.2 O PENSAMENTO PÓS COLONIAL, SUA INSTITUIÇÃO E PLURALIDADE	20
2.3 ORIGENS DO PENSAMENTO PÓS-COLONIAL NA AMÉRICA LATINA: O GRUPO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS SUBALTERNOS	25
3. O GRUPO MODERNIDADE/COLONIALIDADE E O GIRO DECOLONIAL NA AMÉRICA LATINA	30
3.1 CLACSO E O PROGRAMA SUL-SUL: A PUBLICAÇÃO DE “COLONIALIDADE DO SABER, EUROCENTRISMO E CIÊNCIAS SOCIAIS”	38
3.2 A DISCUSSÃO SOBRE O BRASIL: COLONIALIDADE DO PODER E A IDEIA DE RAÇA	44
3.2.1 BRASIL E A “QUESTÃO NACIONAL” NA AMÉRICA	48
3.3 CONE SUL E A MAIORIA BRANCA	54
3.4 DEPENDÊNCIA, SUBIMPERIALISMO E SEMIPERIFERIA NO BRASIL	56
3.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE PORTUGAL	59
3.6 O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO, DE ESCRAVAGISMO E PRODUÇÃO INTELECTUAL	62
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS	69

1. INTRODUÇÃO

Quando pensamos que somos brasileiros e refletimos sobre isso numa dimensão geopolítica, o que nos vêm à mente? O Brasil, devido às suas particularidades históricas dentro do continente e sua colonização majoritariamente portuguesa, é o único país da América Latina que tem como seu idioma oficial o português, se situando num grande continente quase inteiramente composto por nações hispano falantes que possuem entre si, além do idioma, outras propriedades e experiências históricas em comum.

Além disso, a colonização portuguesa no Brasil representa a mais duradoura colonização europeia dentre as que sucederam na América Latina. Grande parte dos Estados-nação do subcontinente sofreram em sua maioria guerras de Independência que resultaram numa desvinculação de maneira mais abrupta da Coroa espanhola, obtendo “espaço” para instauração de sistemas político-institucionais com certa independência, ainda que voltados para elite. No Brasil, a independência da Coroa portuguesa se deu de maneira distinta, tardando no sentido de desvincular-se de Portugal, em relação a outros países da “América hispânica”. (PELLEGRINO; PRADO, 2020).

Em “Raízes do Brasil” (1995), um dos maiores clássicos do pensamento social brasileiro escrito por Sérgio Buarque de Holanda, é feita uma distinção e classificação a respeito do que seria o *ethos*, a mentalidade e intencionalidade dos portugueses e dos espanhóis enquanto colonizadores protagonistas na América Latina. Para introduzir esta temática, o autor trata da cidade como meio específico para a dominação colonial enquanto criação de “órgãos locais de poder”. Os espanhóis em suas colônias nas Américas, formaram cidades com o intuito de serem elas o reflexo da metrópole, da Coroa. As cidades da América “hispânica” foram criadas no interior (HOLLANDA, 1995, p. 118), com um clima similar ao europeu, e procuravam estabelecer um grande núcleo de povoação. O objetivo principal era a criação de cidades planejadas e estruturadas que seriam o reflexo da metrópole, refletindo sua influência e relevância. O colonizador espanhol foi classificado por Buarque de Holanda como “ladrilhador” por conta de seu caráter planejador, que intervém no curso da natureza. Tem a preocupação de colonizar com o intuito de acentuar e mostrar a influência e importância da metrópole, sendo guiado pela “razão abstrata”.

Por outro lado, as cidades da “América portuguesa” se formaram no litoral de clima tropical brasileiro, por conta da maior proximidade com a metrópole, sendo mais conveniente

para o transporte dos recursos para essa, o que indica o caráter marcadamente extrativista e exploratório deste período colonial. Ligado a isso, está a ideia dos colonizadores portugueses exercerem uma dominação voltada ao “rural”, tornando o planejamento (ou a falta dele) e a habitação nas cidades algo “antinatural” e prematura. O colonizador português - definido como “semeador” - tinha, acima de tudo, a preocupação com a extração de recursos e a exploração comercial, colonizando as terras de uma maneira negligente, “sempre esse significativo abandono que exprime a palavra desleixo” (HOLLANDA, 1995, p. 128). Ele atuava na lógica de tirar o máximo de proveito com o mínimo esforço possível, almejava uma riqueza rápida sem grandes obras e tampouco esperava fazer das terras brasileiras um reflexo da metrópole - como fazia o colonizador espanhol.

Não existe aqui a pretensão de se aprofundar na interpretação de Buarque de Hollanda ou de comprovar sua tese em relação às diferenças entre o colonizador português e espanhol ou possíveis diferenças que houve entre as colonizações portuguesa e espanhola. Trata-se, no entanto, de se assumir que, pelo simples fato do Brasil ser um país que sofreu colonização por parte de Portugal e possui dimensões geográficas “continentais”, já constitui um caso excepcional, uma vez que, se situa na mesma América Latina de raízes coloniais majoritariamente hispânicas em que se fragmentaram diversos “Estados-nação” após a independência da Coroa espanhola.

A questão é: estaria essa problemática ou consideração a respeito do Brasil enquanto um “caso excepcional” na América Latina relacionada, mencionada ou incorporada nas discussões do Modernidade/Colonialidade, o coletivo que foi responsável pela emergência teórica-epistêmica da decolonialidade? A decolonialidade, que foi pensada na América Latina a muitos séculos, antes mesmo de sua institucionalização na academia, representa um importante movimento teórico-epistêmico para a renovação das ciências sociais não só na América Latina, mas no mundo. Esse “giro decolonial” se deu no marco das discussões propostas pelo Coletivo Modernidade/Colonialidade. Sendo esse um importante movimento teórico-epistêmico e político rumo à decolonialidade na América Latina, como se encontra o Brasil nessas discussões?

Visando construir uma análise que trate do problema da colonialidade na América Latina e do Brasil neste contexto, será pesquisada a obra principal do coletivo que radicalizou o argumento pós-colonial na América Latina, o livro “Colonialidade do Saber, Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-americanas”, publicado pela CLACSO¹ no ano de 2000.

¹ Conselho Latino-americano de Ciências Sociais

Segundo um de seus integrantes, trata-se de um “programa de investigação” (ESCOBAR, 2003, p.53) com extensa pluralidade de dimensões temáticas. O grupo parece não atuar por meio da separação moderna em “áreas de conhecimento”, mas pensa questões-problemas que dialogam entre si e se entrelaçam na crítica decolonial.

Ballestrin (2013, p. 99) resume que “[...] o grupo compartilha noções, raciocínios e conceitos que lhe conferem uma identidade e um vocabulário próprio, contribuindo para a renovação analítica e utópica das ciências sociais latino-americanas do século XXI.” Acredita-se que, com esse referencial teórico, que se possa almejar uma pesquisa que lide de maneira correta com a estrutura geopolítica do saber sociológico, sendo orientada pelo lugar próprio em que esse se produz e não pelo centro global.

Entre seus membros, encontram-se numerosos autores provindos da América Latina e alguns do Norte global (Europa e Estados Unidos). Há, inclusive, um autor português que participou do coletivo de investigação, Boaventura de Sousa Santos. Entretanto, apesar das discussões estarem relacionadas ao subcontinente latino americano, no coletivo não há a participação de autores brasileiros, o que é significativo e possivelmente simboliza algo “maior”. Ou seja, existe o pressuposto aqui de que o Brasil não estaria devidamente incorporado nas discussões do coletivo, não havendo uma discussão sobre ou com o Brasil. Para Ballestrin (2012, p. 111), nos estudos do grupo, “o Brasil aparece quase como uma realidade apartada da realidade latino-americana”. Da mesma forma, poucos são os autores e autoras do coletivo que dialogam com autores brasileiros. O objetivo dessa pesquisa é aproximar o Brasil das discussões do Grupo M/C, tentando compreender e responder essas questões: realmente o Brasil é pouco mencionado e compreendido no livro por haver um certo “silenciamento” em relação a como se deu o colonialismo aqui? Ou se trataria dos autores do coletivo que, em seus estudos, não adentrarem exemplos e especificidades de cada país, limitando-se a uma análise mais “generalista”? Ou, ainda, o Brasil desempenharia um papel subsidiário nessas discussões?

Sendo assim, o problema da pesquisa é compreender como é representado o Brasil nos debates do coletivo Modernidade/Colonialidade no livro da CLACSO. Nos diferentes debates do livro, que discutem as colonialidades na América Latina, quando o Brasil é citado? Pode-se compreender que ele constitui, para alguns autores, um caso especial em determinadas discussões ou estaria ele relacionado a outros países da mesma região, por exemplo? Ou seja, com a pesquisa e compreensão de quais palavras-chave aparecem e em quais contextos, podemos traçar relações com o problema de pesquisa. Afinal, todas as palavras-chave serão escolhidas a fim de identificar relações diretas ou indiretas com o Brasil e com a finalidade de elaborar pressupostos que nos aproximem do problema de pesquisa.

A escolha de objeto da pesquisa é o livro escrito conjuntamente por autores do coletivo e publicado pela CLACSO no ano de 2000 “A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas”. A escolha dessa obra para análise se dá devido a uma série de fatores: 1) Dentre as obras escritas conjuntamente por membros do coletivo, essa é a que mais inclui autores do M/C, além de ser o único livro que conta com as três figuras centrais nas discussões do grupo – Walter Dignolo, Aníbal Quijano e Enrique Dussel; 2) Por ser um marco nas publicações do grupo, sendo o primeiro livro que representa a guinada à decolonialidade após a dissolução do GLAES²; 3) Ainda que trate mais detalhadamente do eurocentrismo e colonialidade do saber - conceitos-chave para compreensão das discussões do coletivo -, no livro são explorados amplamente conceitos que auxiliam na compreensão do que constitui a modernidade/colonialidade e as demais discussões recorrentes no grupo; 4) Riqueza de informações e perfil heterogêneo dos autores que contribuíram no livro.

1.1. METODOLOGIA

A metodologia, basicamente, se constitui por uma busca, em todos os textos que compõem a coletânea, de ocorrências (palavras-chave) que possibilitem traçar significações a respeito do problema de pesquisa. A investigação do problema de pesquisa dar-se-á por meio de análise de conteúdo, mais especificamente por categorias temáticas. Dentro das discussões dos autores no livro da CLACSO, foram estabelecidas palavras-chave que serão identificadas, levando-se em consideração em quais contextos e discussões elas se situam/relacionam bem como os autores que as realizam. A análise de conteúdo utilizada na pesquisa tecnicamente baseou-se no artigo de Caregnato e Mutti (2006).

O primeiro capítulo é de caráter introdutório e tem como intuito a aproximação do pensamento pós-colonial e das diferentes vertentes da teoria social que abordaram tal paradigma. Primeiramente, será trazida à discussão abordada pela autora Raewyn Connell sobre como a geopolítica do conhecimento se relaciona ao “fazer” sociológico, questões que serão aprofundadas pelo coletivo Modernidade/Colonialidade. Além disso, será realizada a apresentação de conceitos e entendimentos e discussões que possibilitarão a compreensão de como se formou o Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos e, posteriormente, como se deu o “giro decolonial” na América Latina. Já no segundo capítulo, o foco é a análise exploratória acerca do livro “Colonialidade do Saber, Eurocentrismo e Ciências Sociais”, o

² Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos.

programa Sul-Sul, que deu origem ao livro e o Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO), organização responsável pelo programa e pelo livro. Também será abordado nesse capítulo os autores que participaram no livro, à partir da formulação de uma tabela informativa. Após, serão apresentados gráficos que iniciarão a apresentar alguns resultados mais gerais acerca do problema de pesquisa. O terceiro capítulo compreende a pesquisa das palavras-chave no texto e análise dos resultados obtidos. A partir dessas ocorrências, serão estabelecidas categorias/eixos em que elas se inserem contextual e tematicamente. Assim, será possível o exercício de traçar significações concebidas através da caracterização de tais indicadores

As palavras-chave pensadas para a pesquisa no livro estão inseridas/classificadas em três principais eixos de pesquisa: 1) “Brasil” e suas variações, com intuito de identificar contextualmente em quais debates o país está inserido no livro, além de possíveis diálogos ou menções a intelectuais brasileiros(as); 2) “*Cono Sur*” e “*América del Sur*”, ocorrências que possivelmente auxiliem a identificar alguma consideração importante que inclua ou não o Brasil no debate sobre o bloco; 3) Portugal e suas variações, no sentido de identificar se são feitas diferenciações a respeito dos processos de colonização portuguesa e espanhola ou se ocorre o oposto disso, estando as duas interligadas no livro. É importante considerar que, dentre as palavras e expressões que foram pesquisadas no livro, houve ocorrências que apenas representam um mero exemplo figurativo, como é o caso de uma citação de Santiago de Castro Gómez (2000, p. 91, grifo nosso):

Para serem civilizados, para fazerem parte da modernidade, para serem cidadãos colombianos, **brasileiros** ou venezuelanos, os indivíduos não apenas deveriam comportar-se corretamente e saber ler e escrever, senão também adequar sua linguagem a uma série de normas.

Esse tipo de citação - com significado figurativo - é um dos poucos que não foi considerado e incorporado na pesquisa ao se localizarem as ocorrências.

2. O PROBLEMA DA COLONIALIDADE NO FAZER SOCIOLÓGICO

A pluralidade de matrizes teóricas e orientações que constituem o que se conhece por pensamento pós-colonial ou pós-colonialismo torna complexa a tarefa disposta aqui de traçar uma espécie de apresentação de tais teorias ou das que teriam se tornado as mais difundidas. Afinal, os considerados clássicos no pós-colonialismo devem constantemente ser reavaliados e questionados assim como a eleição dos que são clássicos nas ciências sociais. (CONNELL, 2007 apud BALLESTRIN, 2013, p. 92).

Quando fala-se sobre o que é considerado clássico nas ciências sociais, do que realmente estamos falando? Se numa conversa com um grupo de estudantes, por exemplo, provocarmos o questionamento do que, em suas concepções, seria considerado clássico e “fundamental” para uma compreensão teórica mais aprofundada da sociologia, provavelmente ouviremos diversas vezes nomes como Marx, Weber, Bourdieu, Durkheim, apenas para citar alguns exemplos de autores paradigmáticos nas ciências sociais. É certo que existem motivos que expliquem o porquê das ideias e abordagens de autores como os citados acima terem se tornado os paradigmas mais difundidos em nossas instituições de conhecimento, sejam elas instituições localizadas no centro³ ou na periferia global.

Os autores que desenvolvem teorias consideradas “essenciais” para os estudos da teoria social estão situados nessa posição de acordo com uma divisão imperial do trabalho que acaba por estruturar a geopolítica do pensamento sociológico. (CONNELL, 2011). A crítica da autora australiana Raewyn Connell trata especialmente de como os textos da teoria social adotados pelas instituições de ensino da periferia “envolvem principalmente uma reificação da experiência social do Norte.” (CONNELL, 2011, p. 10). Significa afirmar que, ao mesmo tempo em que investigadores da metrópole teorizam à partir da verificação de complexidades sociais e de paradigmas próprios da metrópole, as investigadoras(es) da periferia por muitas vezes

³ As noções de centro e periferia presentes neste trabalho se referem aos conceitos, constantemente diluídos e ressignificados individual e coletivamente pelo Grupo *Modernidad/Colonialidad*. Tais noções são orientadas pela análise de um dos integrantes do Grupo, Wallerstein (2004) em sua Teoria do Sistema-Mundo. Dado que noções binárias tais como as de centro-periferia estão constantemente em disputa, não se tem aqui a intenção de esgotar suas diversas interpretações e significados através do atual debate. Cabe salientar, porém, que a noção utilizada no presente capítulo de centro-periferia trazida por Connell (2011) se refere especificamente à relação histórica entre centro e periferia possibilitada pela expansão do colonialismo europeu. Outros termos tais como “Sul Global” - muito difundido por autores decoloniais - parecem fazer mais sentido e substituem outras categorias que estão se tornando cada vez mais incomuns no meio acadêmico, como “Terceiro Mundo”, termo constituído por meio de uma classificação hierárquica e evolucionista do mundo. Portanto, cabe destacar que, devido a esforços individuais e coletivos, sobretudo de autores de estudos pós-coloniais e decoloniais, o Sul Global funciona “mais do que como uma metáfora para o subdesenvolvimento”, é um projeto político permanente (DADOS; CONNELL, 2012, p.13 apud BALLESTRIN, 2020). Ver mais em Ballestrin (2020).

pensam em problemas que lhes são familiares à partir de metodologias teóricas e paradigmas que não lhes são próprios, ou seja, provindos da metrópole global. Devido a dinâmica oriunda da dimensão geopolítica do conhecimento, cabe à periferia global apenas o papel de aplicar e reproduzir as teorias lá desenvolvidas em suas próprias sociedades e instituições de ensino.

A autora defende que as experiências sociais teorizadas por esses autores considerados clássicos na teoria social - provindos em sua maioria da Europa e dos Estados Unidos - na verdade são experiências sociais que maior parte da população não vive. (CONNELL, 2011). Um exemplo são as amplamente difundidas teorias da “Globalização”. Essas teorias, ao tratarem de importantes transformações geopolíticas e sociais - do comércio, movimentos do capital, migrações, mudança climática, poluição, para citar alguns exemplos - acabam projetando características de experiências da modernidade ou pós-modernidade (CONNELL, 2011) nos países periféricos. A questão é que tais fenômenos não podem ser verificados empiricamente na periferia global ou, caso se notem algumas características relacionadas à tais fenômenos, as mesmas se manifestam de maneiras distintas das descritas pelas teorias da globalização.

Dessa forma, podemos perceber que as teorias como as da globalização e tantas outras desenvolvidas por autores tidos como paradigmáticos nas ciências sociais tratadas até aqui “constroem conceitos e métodos para analisar sociedades *desprovidas de determinações externas*”. (CONNELL, 2011, p.10). A autora chama atenção ainda às consequências intelectuais decorrentes desse processo da estrutura geopolítica do pensamento sociológico, que passa a constituir um “ciclo vicioso”:

Para publicar em periódicos da Metrópole, deve-se escrever seguindo os gêneros da Metrópole, citar a literatura da Metrópole e tornar-se parte do discurso lá produzido. Para um cientista social, isso significa tanto descrever sua própria sociedade como se fosse a metrópole, suprimindo sua especificidade histórica; ou descrevê-la em termos comparativos, situando sua especificidade nos parâmetros da metrópole. (CONNELL, 2011, p. 11).

Portanto, cabe observar que um dos pontos mais explorados por autoras(es) do pensamento pós-colonial é a pretensão marcadamente universalizante e, conseqüentemente, os essencialismos imbricados nos discursos das concepções dominantes de modernidade (COSTA, 2006). O que essas teorias, bem como seus respectivas metodologias e paradigmas, têm em comum é que parecem não incorporar o colonialismo como um processo social significativo em suas discussões. (CONNELL, 2011). O resultado dessa não incorporação no fazer sociológico, portanto, é que se passa a compreender como fenômenos novos e decorrentes da globalização alguns problemas (flexibilização do trabalho, hibridicidade cultural, para citar alguns exemplos) que já são velhos conhecidos das sociedades (pós) coloniais. (COSTA, 2005).

A importância de que se faça essa incorporação na construção de qualquer teoria social se deve principalmente ao fato do “encontro colonial” ter sido onto-formativo nas mais diversas dimensões das vidas sociais e das subjetividades humanas, criando “realidades sociais que não existiam anteriormente”. (CONNELL, 2011, p. 12). Dito isso não é difícil entender a posição da autora ao defender que qualquer forma de teoria social, quando não discute e constrói seus pressupostos considerando a importância do encontro colonial⁴, automaticamente se define como um assunto de “menor importância” (CONNELL, 2011).

Tudo isso nos leva a um dos preceitos que está no cerne da crítica de teorias que trabalham pós-colonialidade e decolonialidade: a ideia de que a estrutura colonial criou realidades sociais que não findaram com os processos de criação de estado-nações independentes. Ou seja, a estrutura própria do colonialismo não termina com a descolonização formal. Portanto, “uma ciência social adequada globalmente deve se preocupar com as formas tomadas pelo encontro colonial após a independência política”. (CONNELL, 2011, p. 13).

O intuito dessa breve introdução foi o de tornar familiar alguns elementos que compõem perspectivas das mais distintas correntes teóricas do pensamento pós-colonial. A partir daqui, cabe adentrar mais detalhadamente em diferentes contribuições teóricas e autoras(es) cujas obras serviram de inspiração para a posterior “radicalização” do argumento pós-colonial, através da noção de “giro decolonial” (Ballestrin, 2013) que teria como seu principal representante na América Latina o que ficou conhecido por Grupo *Modernidad/Colonialidad*.

2.1. A CONTROVÉRSIA DO TERMO “AMÉRICA LATINA”

É sabido que a denominação “América Latina” é amplamente utilizado no cotidiano das pessoas. Porém, também constitui um termo controverso no que diz respeito à sua utilização e historicidade. Como verificamos em Pellegrino e Prado (2020, p. 8), “esse termo foi inventado no século XIX, carregando desde suas origens disputas de ordem política e ideológica.” Os dois principais sentidos históricos que lhe foram atribuídos remetem à disputas entre ingleses e franceses (século XIX) e por parte de latino-americanos e norte-americanos (séculos XIX e XX). Para algumas dessas correntes historiográficas, o termo foi inventado pelos franceses -

⁴ Muitos historiadores investigadores nas ciências sociais mobilizam o termo “encontro colonial” em referência aos primórdios do colonialismo com as grandes navegações e a invasão às terras ainda não colonizadas pelos europeus. Cabe ressaltar que a expressão, além da ideia anterior, como defende Connell (2011, p. 11) “[...] implica também a constituição da sociedade colonial, a transformação de relações sociais sob o poder colonial, as lutas pela descolonização, a instalação de novas relações de dependência, e as lutas para aprofundar ou desafiar essa dependência.”

mais especificamente por Michel Chevalier em 1836 - que possuíam ambições nessa parte da América. Eles teriam cunhado o termo fazendo alusão à separação da “América Latina” e da “América Anglo-Saxã”, tensão que já se fazia presente na Europa, cenário de disputas por parte de “latinos católicos” e “anglo-saxões protestantes”. A França, nesse cenário, seria “a primeira das nações latinas” e, portanto, “deveria liderar suas irmãs europeias e americanas na luta contra os países de origem saxônica.” (PELLEGRINO; PRADO, 2020, p. 8). Talvez nessa mesma perspectiva se encontre Mignolo em “*La idea de América Latina*” (2007) sobre o processo de invenção da América Latina e o silenciamento de povos originários e descendentes de africanos que estão à margem da “latinidade” enquanto identidade subjetiva referente à língua cultura, religião. Para o autor, a ideia se constituiu por meio de uma classificação racial do mundo, em que os critérios eram os ideais ocidentais cristãos. (MIGNOLO, 2007, p. 43).

Já numa outra interpretação, que acabou sendo aceita mais amplamente por estudiosos, remete a publicações dos séculos XIX e XX de autores que propunham o uso do termo visando o “fortalecimento e integração entre os vários países da América Latina frente a possíveis futuras interferências norte-americanas na região”. (PELLEGRINO; PRADO, 2020, p. 9). Nessa chave de interpretação, nota-se que a denominação “América Latina” não teria sido imposta de fora devido a interesses alheios mas sim “um nome cunhado e adotado conscientemente por eles mesmos a partir de suas próprias reivindicações”. (PELLEGRINO; PRADO, 2020, p. 9).

2.2. O PENSAMENTO PÓS-COLONIAL, SUA INSTITUIÇÃO E PLURALIDADE

O problema da colonialidade e algumas preocupações levantadas por autores da teoria pós-colonial estiveram presentes no imaginário de inúmeros pensadores antes mesmo da institucionalização do pós-colonialismo como corrente ou escola do pensamento:

Do ensaísmo literário ao marxismo latino-americano, passando pela teoria da dependência à filosofia da libertação, nota-se que o problema da colonialidade esteve fortemente presente no pensamento político latino-americano. No século XIX, escritores, políticos e ativistas (Bolívar, Bilbao, Torres-Caicedo, Martí, Rodó e Bonfim, para citar apenas alguns) destinaram suas preocupações ao “sentido” e “destino” da América e de seus povos mediante o problema da colonização ibérica. (BALLESTRIN, 2013, p. 91).

Não seria coerente a referência ao pós-colonialismo como *uma* escola de pensamento, uma vez que os estudos pós-coloniais se relacionam com distintas orientações, constituindo uma pluralidade de matrizes teóricas distintas entre si. Ainda assim, ocorreram contribuições e correntes de pensamento que se tornaram marcos teóricos no sentido de concentrarem maior

influência para a difusão do argumento pós-colonial. A despeito da não haver uma completa articulação, disciplinaridade e linearidade do argumento pós-colonial (BALLESTRIN, 2013), é possível a identificação de três movimentações teóricas de orientações distintas: os intelectuais da “diáspora negra ou migratória”, os estudos subalternos do Sul-asiático e os estudos culturais na Inglaterra e Estados Unidos.

Talvez os primeiros esforços nesse sentido tenham surgido à partir de autores que Costa (2006) denomina “intelectuais da diáspora negra ou migratória”, que foram imigrantes oriundos de países periféricos e passaram a viver na Europa Ocidental ou América do Norte, o que inclui a maior parte dos intelectuais pós-coloniais que trataremos neste tópico inicial do trabalho. A difusão do pensamento pós-colonial por esses autores se deu inicialmente nos Estados Unidos da América e na Inglaterra, através da crítica literária. (COSTA, 2006).

Pela primeira vez o argumento pós-colonial ganhou voz ao ser escrito de forma mais ou menos simultânea pelos esforços da chamada “tríade francesa” composta por Aimé Césaire, Albert Memmi e Frantz Fanon. (BALLESTRIN, 2013). Esses escritos pós-coloniais precursores consistem na fase do pós-colonialismo “anticolonial revolucionário”, termo proposto por Ballestrin (2017), fazendo alusão a um contexto de lutas de libertação nacional e movimentos de independência, principalmente na África e Ásia. Assim, Memmi publica em 1957, nesse contexto, o livro “Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador” em que reflete sobre a constituição das identidades e relações estabelecidas entre colonizador e colonizado em meio à opressão colonial. Pouco antes disso, em 1950, é publicado, primeiramente numa revista, o poderoso “Discurso sobre o Colonialismo” de Aimé Césaire, em que o autor de maneira corajosa denuncia os crimes cometidos pela ideologia do colonialismo europeu, chegando inclusive a compará-la ao nazismo. Publicado em 1952 por Fanon, o livro “Pele Negra, Máscaras Brancas” constitui a primeira vez em que se “buscou descrever o mundo moderno visto pela perspectiva do negro e do colonizado”. (COSTA, 2006). Segundo Ballestrin (2017), esses escritos pós-coloniais precursores foram influenciados por alguns movimentos como o marxismo revolucionário, a psicanálise, o pan-africanismo, o pensamento afro-diaspórico.

A perspectiva tratada pela última obra citada, escrita por Fanon, ajudou a delinear a crítica a ser desenvolvida por Edward Said em “Orientalismo”, que se soma aos livros abordados anteriormente como uma obra que atuou no sentido da difusão do argumento pós-colonial no mundo. O livro é tido como um “manifesto de fundação do pós-colonialismo” (CONRAD; RANDERIA, 2002, p. 22 apud Costa, 2006) devido a seu caráter inaugural ao construir uma perspectiva que se tornaria paradigmática para os estudos pós-coloniais. Numa

outra perspectiva, Ballestrin (2017), toma a obra de Said como o marco inaugural de uma fase do pós-colonialismo conhecido como “canônico” ou “pós estrutural”, o que incluiria autores como Bhabha, Spivak, Hall e Gilroy. No livro, Said elabora compreensões a respeito de como opera, a partir do ocidente, o binarismo ocidente-oriente. O Oriente estando sempre em contraposição ao próprio Ocidente, cabendo ao próprio Ocidente definir o que se entende por Oriente.

A crítica que Said e boa parte dos autores pós-coloniais endereçam às ciências sociais é baseada na crítica foucaultiana à episteme das ciências humanas. (COSTA, 2006).

Trata-se de mostrar que a produção de conhecimento atende a um princípio circular e auto referenciado de sorte que “novos” conhecimentos construídos sobre uma base de representação determinada reafirmam, ad infinitum, as premissas inscritas nesse sistema de representações. (COSTA, 2006, p. 119).

Dessa forma, Said traz a importância das “fronteiras culturais” no debate pós-colonial ao passo que a noção de “Oriente” significaria uma fronteira cultural definidora de sentido entre um “nós / eles”. Essa definição de sentido entre um “nós e eles” se encontra no “interior de uma relação que produz e reproduz o outro como inferior, [...] sempre uma síntese aglutinadora de tudo aquilo que o nós não é e nem quer ser.” (COSTA, 2006, p. 119).

É notório como as discussões que envolvem a pós-colonialidade que serão suscitadas daqui em diante, tanto no grupo do *Subaltern Studies* como nos estudos culturais se dão em torno de problematizações referentes à epistemologia e a própria “produção” de conhecimento nas ciências humanas. Dessa forma, as discussões não envolvem muito o teor dos discursos mas “o contexto no qual eles são produzidos [...]”. (COSTA, p. 119, 2005).

Outro autor que toma como ponto de partida a noção de formação discursiva derivada de Foucault é o jamaicano Stuart Hall. Ele traz a ideia de que essa polaridade “*West/Rest*”, já compreendida por Said, seria a própria base de constituição das ciências sociais. (COSTA, 2005). Esse binarismo não é dominante apenas nos primeiros trabalhos das ciências humanas mas acaba por fundamentar a sociologia ao tomar as dinâmicas, normas sociais, estruturas e experiências das sociedades denominadas ocidentais como um “parâmetro universal” para definir o que seriam sociedades modernas. Dessa forma, a história acaba se reduzindo à narrativas centradas no Estado-nação “ocidental” que ignoram o fato de que, desde a expansão colonial no século XVI inúmeras “temporalidades e historicidades foram irreversível e violentamente juntadas”. (HALL, 1997 apud COSTA 2005, p. 119-120). Assim, dois mundos que parecem separados e antagônicos na verdade se complementam histórica e semanticamente. (COSTA, 2005).

É a desconstrução dessa espécie de dicotomia “*West/Rest*” que parece unir os diferentes autores que contribuem para o marco pós Colonial (COSTA, 2005). Importantes esforços no sentido de um rompimento com os essencialismos constituintes nas concepções de história e sujeito foram feitos, a partir dos anos 70, quando formou-se no sul asiático o Grupo de Estudos Subalternos. Com a liderança do historiador Ranajid Guha, o objetivo inicial do grupo era “analisar criticamente não só a historiografia colonial da Índia feita por ocidentais europeus mas também a historiografia eurocêntrica nacionalista indiana”. (GROSFOGUEL, 2008 apud BALLESTRIN, 2013, p. 92).

Retomado de Gramsci, o termo “subalterno” remete à noção de pessoas que, segundo Spivak, pertencem às “camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (ALMEIDA, Sandra, 2010, p. 12 apud BALLESTRIN, 2013, p. 93). Além disso, o termo pode ser entendido por “classe ou grupo com tendência histórica a uma unificação sempre provisória pela obliteração das classes dominantes”. (BALLESTRIN, 2013, p. 93).

Com os estudos de Dipesh Chakrabarty, outro historiador do grupo, tem-se o ambicioso e importante objetivo de “provincializar” a Europa e transcender o Universalismo liberal que constrói a visão equivocada de que o racionalismo e a ciência seriam marcas culturais europeias. (COSTA, 2005). Essa percepção é fruto, dentre outros fatores, das próprias histórias nacionais de países não europeus e colonizados que, ao narrarem os processos de construção de suas instituições civis, por exemplo, “encontram sentido se projetadas no espelho de uma Europa hiper-real, à medida que ignoram as experiências efetivas das populações de tais países”. (COSTA, 2005, p. 121). Nessas histórias nacionais é construída a percepção de que a figura do sujeito verdadeiramente moderno é originário da Europa, exemplo disso é que muitos movimentos socialistas e nacionalistas, ainda que não se deem conta, subjetivam seus ideais por meio da construção de um similar nacional (europeu).

Depois da publicação de “Pode o Subalterno falar?” de Spivak, os esforços que vinham sendo feitos pelos estudos pós-coloniais no sentido de objetivar a supressão da binariedade *West/Rest* pareceram ter seguido rumos distintos. Além de uma importante tradutora de Derrida para a língua inglesa, Spivak, em seu texto, provoca uma reflexão já pensada pelo autor sobre “o perigo da apropriação do outro pela assimilação, chamando a atenção para a reescrita da utopia estrutural”. (FIGUEIREDO, p. 86.). Essa apropriação ocorre ao tomar-se como verdade o que é dito pelo outro, fazendo com que o discurso proferido pelo hegemônico fique enraizado no subalterno. Trata-se de “ouvir a voz do outro em nós.” (SPIVAK, 1988 apud FIGUEIREDO,

2010 p. 87). Assim, o texto de Spivak traz a ideia de que ao utilizar de essencialismos imbricados nas concepções de sujeito e ao tratar de uma “história única” e universal (construída pelo discurso hegemônico no marco da violência epistêmica) se estaria reproduzindo uma lógica colonial.

No texto, a autora joga luz a uma característica que por si só compreende o que é constituinte do sujeito subalterno: a de que ele não pode ser ouvido. Afinal, para Spivak, “a condição da subalternidade é a condição do silêncio.” (FIGUEIREDO, p. 85). Segundo Costa (2005) ao retratar a concepção ilusória de um sujeito subalterno que pudesse falar,

[...]o que ela constata, valendo-se do exemplo da Índia, é uma heterogeneidade de subalternos, os quais não são possuidores de uma consciência autêntica pré ou pós-colonial, trata-se de “subjetividades precárias” construídas no marco da “violência epistêmica” colonial. Tal violência tem um sentido correlato àquele cunhado por Foucault para referir-se à redefinição da ideia de sanidade na Europa de finais do século XVIII, na medida em que desclassifica os conhecimentos e as formas de apreensão do mundo do colonizado, roubando-lhe, por assim dizer, a faculdade da enunciação.

A questão da autora ao tratar da pergunta presente no ambivalente título do trabalho “pode o Subalterno falar?”, se dá no âmbito da prática discursiva, sendo direcionada a intelectuais como Deleuze e Foucault e aos próprios intelectuais do pós-colonialismo, no sentido de questionar toda e qualquer intelectualidade que pretenda falar em nome do sujeito subalterno. (BALLESTRIN, 2013). Afinal, a condição de silenciado do subalterno está necessariamente marcada pela carência de alguém que o represente. (FIGUEIREDO, 2010). Sendo assim, não cabe ao intelectual a posição de ser um “representante” que intercede pelo subalterno e o dá voz. Ao invés disso, o intelectual pós-colonial pretende “[...] entender como se dá a dominação colonial no âmbito do silenciamento da resistência através da imposição de uma episteme que torna a fala do subalterno desqualificada”. (COSTA, 2005, p. 120).

Dada a impossibilidade do subalterno falar constatada por Spivak, os esforços de diversos autores dos estudos pós-coloniais não pretendiam inverter a dicotomia *west/rest* mas romper com essencialismos imbuídos na prática discursiva e na teoria social. Através da “diluição das fronteiras culturais”, o objetivo desses autores se tratava de uma descolonização da imaginação que não fosse simplesmente anticolonialista. Afinal, como mostra o ensaio de Shohat (1992) o intelectual pós-colonial que pensa à partir de um “anticolonialíssimo terceiro mundista” corre o risco de reafirmar binarismos que fortalecem o que mais buscam combater: a representação eurocêntrica da modernidade. (COSTA 2005, p. 134). Dessa forma, os estudos pós-coloniais permitiram acepções de conceitos e teorias elaboradas por autores considerados pós-estruturalistas e desconstrutivistas, tais como Foucault e Derrida. Sob tal influência, foram elaborados e ressignificados nos estudos pós-coloniais coloniais, categorias que objetivavam a

desconstrução de essencialismos, tais como as noções de hibridismo e *differánce* (originalmente cunhada por Derrida).

Assim, em meados dos anos 80, as contribuições pós-coloniais evidenciam-se num contexto em que “globalização, cultura, identidade (classe/etnia/gênero), migração e diáspora aparecem como categorias fundamentais para observar as lógicas coloniais modernas [...]”. (BALLESTRIN, 2013, p.94). Sendo convergentes com os contextos de tais discussões, destacam-se as contribuições de intelectuais da crítica literária e estudos culturais da Inglaterra e Estados Unidos tais como Stuart Hall (jamaicano), Hommi Bhabha (indiano) e Paul Gilroy (inglês).

Portanto, nota-se que a delimitação de *um* campo teórico que constitua o pensamento pós-colonial é uma tarefa irrealizável, dado que tais estudos, inseridos na temporalidade abordada até aqui, objetivam precisamente explorar fronteiras. Não obstante, pode-se considerar, ainda, que em meio a sua pluralidade de perspectivas teóricas, essa segunda etapa pensamento pós-colonial é marcada pelo “caráter discursivo do social”, “descentramento das narrativas e dos sujeitos contemporâneos”, do “método da desconstrução dos essencialismos” e da “proposta de uma “epistemologia crítica às concepções dominantes de modernidade”. (COSTA, 2006, p. 83-84 apud BALLESTRIN, 2013, p. 90).

2.3 ORIGENS DA TEORIA PÓS COLONIAL NA AMÉRICA LATINA: O GRUPO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS SUBALTERNOS

Na América Latina, a introdução da teoria pós-colonial de maneira relativamente simultânea se deu através de um debate interdisciplinar proposto por um grupo de intelectuais latino-americanos e americanistas, em sua maioria a viver nos Estados Unidos. (GROSFOGUEL, 2008). No ano de 1992, nos Estados Unidos, se formava o Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos (GLAES), “inspirado e instrumentalizado à partir do Grupo de Estudos Subalternos Indianos” (Andrade & Ballestrin). O grupo possuía cinco membros no momento de sua fundação e, apesar de não ter possuído figura(s) de liderança, contava com intelectuais como Robert Carr, José Rabasa, Javier Sanjinés, Ileana Rodriguez e John Beverley, (BALLESTRIN, 2013) sendo que os dois últimos nomes aqui citados os fundadores, que inicialmente ocupavam certo protagonismo à respeito dos rumos a serem tomados pelo grupo.

As propostas e discussões que tomaram lugar no grupo em meados dos anos 90, são expressas no marco de sua fundação, que se dá através de um dos mais notáveis trabalhos escrito

coletivamente, o “Manifesto Inaugural do Grupo latinoamericano de Estudos Subalternos”. Publicado originalmente em 1993 no idioma inglês, em uma revista editada pela *Duke University* e traduzido ao espanhol apenas em 1998 por Santiago Castro-Gómez, o Manifesto explica e contextualiza a existência do grupo e de suas diretrizes:

O atual dismantelamento dos regimes autoritários na América Latina, o final do comunismo e o conseqüente deslocamento dos projetos revolucionários, os processos de democratização, as novas dinâmicas criadas pelo efeito dos meios de comunicação de massa e a nova ordem econômica transnacional: todos esses são processos que convidam a buscar novas formas de pensar e de atuar politicamente. Por sua vez, a mudança na redefinição das esferas política e cultural na América Latina durante os anos recentes levou a vários intelectuais da região a revisar epistemologias previamente estabelecidas nas ciências sociais e humanidades. A tendência geral para uma democratização outorga prioridade a uma reconceitualização do pluralismo e das condições de subalternidade no interior das sociedades plurais (Grupo Latinoamericano de Estudos Subalternos, 1998, p. 70 apud BALLESTRIN, 2013, p.94).

De acordo com os coordenadores da coletânea que inclui o manifesto Inaugural (CASTRO-GÓMEZ; MENDIETA, 1998), com os estudos do grupo, pretende-se reconstruir a história latino americana das últimas duas décadas, ao serem incorporadas temáticas trabalhadas pelo historiador dos estudos subalternos Guha. Essa reconstrução da história latino americana constitui uma alternativa ao projeto teórico dos estudos culturais. Ainda, segundo os coordenadores

Por esta razão, o grupo põe muita ênfase em categorias de ordem política tais como “classe”, “nação” ou “gênero”, que no projeto dos Estudos Culturais pareciam ser substituídas por categorias meramente descritivas como a de “hibridismo”, ou sepultadas sob uma celebração apressada da incidência da mídia e das novas tecnologias no imaginário coletivo (CASTRO-GÓMEZ; MENDIETA, 1998, p. 16 apud BALLESTRIN, 2013, p. 95).

Apesar dos primeiros membros do grupo não possuírem então uma vinculação estritamente marxista, considera-se que originalmente no momento da fundação do grupo possuíam tal influência. Apesar disso, “encontravam-se ideologicamente desencantados com o novo rumo da política e do capital no pós Guerra Fria.” (Manifesto Inaugural, 1998 apud ANDRADE & BALLESTRIN, 2013, s/p). Podemos incluir nessa abordagem “marxista desencantada” alguns membros como os “fundadores” Beverley e Ileana Rodríguez, que encontravam no ativismo o melhor método para se relacionar com o subalterno. Diferenciando-se deste grupo, filiam-se ao GLAES em 1996 autores como Alberto Moreiras e Gareth Williams, formando uma ala mais “desconstrucionista” do grupo. Essa ala, diferente do primeiro grupo, possuía a filosofia como melhor método para se trabalhar com a subalternidade.

(VERDESIO, 2005 apud ANDRADE & BALLESTRIN, 2013). Esse foi, talvez, um dos primeiros e mais delicados entraves que se deram no âmbito teórico do grupo.

Outro conflito interno no grupo se deve a maneira como é concebido e “retratado” o subalterno. O termo “subalterno”, também usado nos estudos que levam o mesmo nome no sul asiático, remetem ao “grupo que se contrapõe às classes dominantes mas que é politicamente incipiente, encontrando-se um passo atrás da sociedade civil e política” (GRAMSCI, 2000 apud ANDRADE & BALLESTRIN, 2014). No entanto, ao contextualizar historicamente e dissertar sobre o que se entende por “subalterno”, já no Manifesto Inaugural (1992), Ileana Rodríguez atenta para o caráter “escorregadio e controverso” de definições no que se refere ao sujeito subalterno ou da própria subalternidade, no sentido de não haver apenas um mas diversos significados que se alteram ao tratarmos de tais categorias. Assim, por meio do Manifesto Inaugural, o GLAES, além de reforçar o conceito de “subalterno” já trabalhado pelo grupo sul-asiático, admite suas múltiplas definições.

Ainda que o significado de “subalterno” seja variável, é passível de críticas por parte de Williams e outros integrantes do grupo. O subalterno como representando uma certa presença social parece permanecer essencializado e inserido nas “diferentes relações de poder características de determinado contexto, sugerindo que a subalternidade não é uma condição mas uma identidade” (ANDRADE & BALLESTRIN, 2014). Isso nos remete à crítica de Ballestrin (2013), que já apontava uma certa contradição existente entre noções articuladas pelo grupo sul asiático como as de hibridismo e *différance* (conhecidamente desconstrutivistas) e a ideia essencializada de subalternidade que se construiu. No marco do estudo de Spivak (1988) em que se constatar a impossibilidade do subalterno falar, segundo Ballestrin (2013), “o subalterno permanece silenciado e aparece como constituição de mais um “outro”, uma classificação essencialista que acaba por não incorporar a noção de *différance* ou hibridismo [...]”. Cria-se, assim, a percepção de que a subalternidade enquanto uma identidade, uma vez carimbada permaneceria irreversível. Tal prática acabaria por reproduzir a hegemonia que tanto tenta-se desconstruir por parte dos estudos pós-coloniais. (ANDRADE & BALLESTRIN, 2014).

Outro descompasso entre diferentes participantes do GLAES é a ideia de haver ou não aproximação com o grupo de autores indianos que os inspiraram na fundação do grupo. Para Ileana Rodríguez, cofundadora do GLAES, os estudiosos indianos haviam inspirado o grupo latino americano, além de que o uso do termo “subalterno” parecia convergir com os ideais políticos de ambos os grupos. (ANDRADE e BALLESTRIN, 2014). Contudo, apesar da insistência de membros do GLAES na aproximação e maior diálogo com os estudos

subalternos, Rodríguez aponta que os indianos consideravam o trabalho que vinha sendo feito pelo GLAES como algo local e “diferente”, fator que, segundo Andrade e Ballestrin (2014), justificaria, em partes, a indiferença para com os estudos latino-americanos. Por outro lado, alguns membros do GLAES, acreditavam num rompimento mais profundo com as teses desenvolvidas pelos *Subaltern Studies*. Essas críticas partiam de vozes consideradas mais “radicais” dos estudos latino americanos (que depois viriam a constituir os nomes mais conhecidos do grupo Modernidad/Colonialidad). Na leitura dos coordenadores, Mignolo dentro do GLAES teria representado uma dessas vozes mais “críticas e radicais” (BALLESTRIN, 2013, p. 95).

Walter Mignolo aproveita também alguns elementos das teorias pós-coloniais para realizar uma crítica dos legados coloniais na América Latina. Mas, à diferença de Ileana Rodríguez e de outros membros do Grupo de Estudos Subalternos, Mignolo pensa que as teses de Ranajit Guha, Gayatri Spivak, Homi Bhabha e outros teóricos indianos não deveriam ser simplesmente assumidas e traduzidas para uma análise do caso latino-americano. [...] Mignolo afirma que as teorias pós-coloniais têm seu lócus de enunciação nas heranças coloniais do império britânico e que é preciso, por isso, buscar uma categorização crítica do ocidentalismo que tenha seu lócus na América Latina (CÁSTRO-GOMEZ; MENDIETA, 1998, p. 17)

Em seu espaço da coletânea, Mignolo (1998) recorda como na reunião que era então a mais recente ocorrida do LASA (*latin american studies association*) em 1997, o debate acerca dos estudos latino americanos - inclusive com membros que viriam a fazer parte do GLAES - pareceu se resumir num certo embate entre o que chamou de “fundamentalismo latino americanista”, representado por estudiosos mais familiares ao marxismo latino americano (como os inspirados no legado de José Martí)⁵ e um “imperialismo dos estudos culturais, subalternos e pós-coloniais”. (MIGNOLO, 1998). O termo “imperialismo” usado pelo autor se refere a estudiosos latino-americanistas que, ao se relacionarem com problemas de pesquisa próprios da América Latina, não fazem a devida ruptura com teorias que, em sua concepção, estão centradas em seu lócus de enunciação (Europa e EUA) e epistemes próprias da metrópole global.

Esse desacordo se fez presente também no contexto da criação dos Estudos Latino Americanos Subalternos, marcados pelas profundas divergências teóricas de seus membros. Ao

⁵ José Martí (1853-1895) foi um político e intelectual cubano que, através de sua obra, tornou-se um símbolo e inspiração para a Revolução Cubana. Ao lado de nomes como José Carlos Mariátegui (peruano), Martí foi um dos autores que pensaram a América Latina e o problema do colonialismo partindo de uma orientação marxista. Antes mesmo da institucionalização e de qualquer organização de argumentos pós-coloniais, pensou no problema da colonialidade, auxiliando a dar um sentido e a pensar no futuro da América Latina. Na introdução de “*Teorías sin Disciplina*”, os coordenadores Castro-Gómez e Mendieta (1998) defendem a necessidade de descolonização do pós-colonialismo, sendo que a América Latina é capaz de criar suas próprias categorias auto reflexivas. A criação de termos como “*Nuestra América*”, proposta por Martí, já é um exemplo que, para os autores, deixa nítida a diferença dos interesses latino americanos e dos interesses colonialistas estadunidenses.

denunciar o imperialismo presente nos estudos culturais, pós-coloniais e subalternos, Mignolo defende que tais estudos, apesar de suas críticas, não romperam devidamente com teorias eurocêntricas. Mignolo (1998) aponta o caso da América Latina como sendo uma especificidade: além da primeira região do mundo a sofrer a experiência do sistema colonial expansionista europeu, o próprio projeto do colonialismo no subcontinente latino americano teria tornado possível o desenvolvimento do capitalismo mundial. Assim, a América Latina representa uma sociedade colonialista fundacional, na qual o sistema colonial teria sido ontofornativo e possibilitado o capitalismo de existir globalmente. Além disso, pode-se destacar a paulatina ascensão e protagonismo dos Estados Unidos -que já foi uma colônia nas Américas- no cenário mundial, fator que traz novas e diferentes relações de colonialidade ao caso da América Latina. (MIGNOLO, 1998). Portanto, para Mignolo (1998 apud BALLESTRIN 2013), devido a diversas especificidades e fatores históricos, não faz sentido que o GLAES se espelhe no grupo sul-asiático, estando a trajetória da América Latina oculta no debate dos estudos subalternos.

Dessa forma, na concepção de um dos membros do grupo Modernidade/Colonialidade que já dialogou com o GLAES, o porto-riquenho Ramón Grosfoguel (2008), ao tratar da subalternidade na América Latina, o grupo latino americano de estudos subalternos “reproduziu um sistema epistêmico em que [...] a teoria permaneceu sediada no Norte, enquanto os sujeitos a estudar se encontravam no sul”. O autor relata que sentiu-se descontente com as consequências epistêmicas dos estudos do GLAES

Os seus membros subestimaram, na sua obra, as perspectivas étnico-raciais oriundas da região, dando preferência sobretudo a pensadores ocidentais. Isto está relacionado com o segundo aspecto que queria salientar: os latino-americanistas deram preferência epistemológica ao que chamaram “os quatro cavaleiros do Apocalipse”, ou seja, a Foucault, Derrida, Gramsci e Guha. Entre estes quatro, contam-se três pensadores eurocêntricos, fazendo dois deles (Derrida e Foucault) parte do cânone pós-estruturalista/pós-moderno ocidental. Apenas um, Rinajit Guha, é um pensador que pensa a partir do Sul. Ao preferirem pensadores ocidentais como principal instrumento teórico, traíram o seu objetivo de produzir estudos subalternos. (GROSFOGUEL, 2008, p. 116)

Dessa forma, além da crítica já feita por Mignolo (1998) na própria coletânea que inclui o manifesto inaugural do GLAES, obtêm-se, através da crítica de Grosfoguel (2008), o que seria um dos motivos principais para a desagregação do grupo em 1998: a resistência em romper com saberes centrados no Norte global. É importante apontar que essa desagregação não se deve simplesmente a divergências teóricas, tratam-se de profundos desacordos no âmbito de projetos epistemológicos por parte de diferentes membros do GLAES. Afinal, para Grosfoguel

(2008), as correntes teóricas conhecidas por pós-modernismo e pós-estruturalismo acabaram por influenciar muito o movimento intelectual conhecido como crítica pós-colonial. Essas duas correntes, enquanto projetos epistemológicos, “encontram-se aprisionados no interior do cânone ocidental, reproduzindo, dentro dos seus domínios de pensamento e prática, uma determinada forma de colonialidade do poder/conhecimento.” (GROSGUÉL, 2008, p. 117). Sobre tais divergências, Grosfoguel (2008) sinaliza que já havia uma maior aproximação por parte do grupo ao que seria considerada uma crítica “de(s)colonial”.

Entre as muitas razões que conduziram à desagregação do Grupo Latino -americano de Estudos Subalternos, uma delas foi a que veio opor os que consideravam a subalternidade uma crítica pós-moderna (o que representa uma crítica eurocêntrica ao eurocentrismo) àqueles que a viam como uma crítica descolonial (o que representa uma crítica do eurocentrismo por parte dos saberes silenciados e subalternizados). GROSGUÉL, 2008, p. 117.

Assim como outros membros do grupo que estavam mais alinhados com a ideia de descolonização, Grosfoguel (2008, p. 116) lembra que, para eles, o diálogo com o GLAES “tornou evidente a necessidade de transcender epistemologicamente – ou seja, de descolonizar – a epistemologia e o cânone ocidentais.” É dessa forma que ocorre a dissolução do GLAES (1992-1998) devido principalmente aos motivos aqui citados.

3. O GRUPO MODERNIDADE/COLONIALIDADE E O GIRO DECOLONIAL NA AMÉRICA LATINA

Com a dissolução do GLAES em 1998, dá-se início a uma série de reuniões e congressos que possibilitam o diálogo entre diversas(os) intelectuais da América Latina que avaliam necessária a renovação epistemológica das ciências sociais no subcontinente. Inicialmente, a maior parte dessas(es) pesquisadoras(es) estavam atuantes em universidades do subcontinente latino-americano e dos Estados Unidos.

Conforme Ballestrin (2017), a terceira e mais atual “fase” do pensamento pós-colonial é a fase que, na verdade, rompe-se com os estudos pós-coloniais através da proposta de uma epistemologia decolonial. As discussões estabelecidas pelo coletivo visam uma alternativa teórica, epistêmica, metodológica, a fim de superar - em diferentes âmbitos - a modernidade eurocêntrica, principalmente no que diz respeito aos estudos de temas e problemáticas que se relacionam às colonialidades - do saber, do poder e do ser. Para Escobar (2003, p. 53), a principal força orientadora do grupo é a “[...] reflexão continuada sobre a realidade cultural e

política latino americana, incluindo o conhecimento subalternizado dos grupos explorados e oprimidos”.

O Modernidade/Colonialidade foi sendo formado por intelectuais que, antes da existência do grupo, já haviam desenvolvido pesquisas individualmente e que dialogariam com temáticas abordadas pelo coletivo. Assim, se discutem contribuições individuais dos membros e se discutem esses novos conceitos. Dado o caso, essas contribuições são acolhidas pelo grupo. Com os congressos, encontros e debates que deram origem ao coletivo, essas pesquisas individuais foram sendo incorporadas nas teorias desenvolvidas pelo grupo. Sendo assim, o grupo trabalha coletivamente conceitos e estratégias. Pode-se tomar como exemplo a Teoria da Dependência de Quijano e a Teoria do Sistema-Mundo de Wallerstein. Inclusive, foi à partir dessa última que se discutiu a herança colonial da América Latina em um dos primeiros congressos internacionais do grupo, que reuniu nomes como Immanuel Wallerstein, Walter Dignolo, Aníbal Quijano, Enrique Dussel, Ramón Grosfoguel e Agustín Lao-Montes. (BALLESTRIN, 2013). Assim, a Teoria do Sistema Mundo acabou por se tornar um aporte inserido em muitas das discussões do coletivo, com notável adesão por parte dos integrantes do grupo em suas correntes de pensamento. Portanto, conforme expõe Ballestrin (2013, p. 99), “[...] o grupo compartilha noções, raciocínios e conceitos que lhe conferem uma identidade e um vocabulário próprio, contribuindo para a renovação analítica e utópica das ciências sociais latino-americanas do século XXI.”

O objetivo desse tópico é de introduzir conceitos-chave que auxiliarão na aproximação com o tema da pesquisa, através da compreensão do que é constituído o argumento decolonial - inaugurado pelo M/C na América Latina em meados de 1998-2000. Entretanto, cabe salientar que não há aqui o objetivo de uma análise mais aprofundada no que diz respeito a uma pretensão de esgotar os inúmeros conceitos e sistemas explicativos propostos pelo coletivo M/C. Portanto, serão apresentados brevemente conceitos explicativos que remetem, por exemplo, ao próprio nome do coletivo e os aportes que o mesmo trouxe para ciências sociais.

Situar o Grupo M/C numa corrente de pensamento não é uma tarefa simples, dada sua característica transdisciplinaridade e os diálogos estabelecidos com diversas teorias e áreas do conhecimento. Ainda assim, podemos encontrar em Ballestrin (2017, p. 510), uma síntese muito precisa do contexto teórico em que se insere o coletivo desde o momento de sua fundação.

A perspectiva decolonial procura recuperar as contribuições latino-americanas do pós-colonialismo anticolonial, ao mesmo tempo em que pretende se afastar do cânone pós-colonial, inserindo a América Latina no debate e radicalizando a crítica à modernidade e ao eurocentrismo. [...] Constrói seus argumentos com as bases do pensamento latino-americano, filosofia da libertação, teoria da dependência, teoria do sistema-mundo,

grupos indiano e latino-americano de estudos subalternos, filosofia afro-caribenha e feminismo latino-americano.

Portanto, ocorreu, por parte dos integrantes do grupo, uma ruptura mais inexorável com influências teóricas que, ainda que representassem um avanço nesse aspecto, não haviam se desvinculado propriamente de heranças teóricas eurocentradas. Segundo Mignolo (2008, p. 250), “[...] o pensamento decolonial se diferencia da teoria ou estudos pós-coloniais nos quais a genealogia destes se localiza no pós-estruturalismo francês mais do que na densa história do pensamento planetário decolonial.”

Uma dessas rachaduras é o que se compreende por parte de membros do M/C como “diferença colonial”. As origens das teorias pós-coloniais provém da concepção de uma relação antagonica por excelência: do colonizador e colonizado. Esse binarismo, que esteve presente na primeira fase do pensamento pós-colonial latino americano, foi rompido na obra das(os) já citadas anteriormente: Spivak, Said, Bhabha, etc. Para Ballestrin (2013), nos estudos do M/C, essa concepção binária de uma relação antagonica foi permitida e abordada. Em Mignolo (2003, p. 252) lê-se que, “[...] o pensamento de-colonial pressupõe, sempre, a diferença colonial”. Ademais, pode-se entender que é “a construção do discurso imperial, racial, para legitimar a diferença” (MIGNOLO, 2003, p. 272). Para Escobar (2003), a diferença colonial “ressalta as diferenças culturais nas estruturas globais de poder.” Sendo assim, é impossível pensar sobre transcender ou superar a modernidade sem aproximar-se dela partindo de uma perspectiva da diferença colonial”. (ESCOBAR, 2003, p. 64).

Quando Ballestrin relaciona o então novo movimento ao precursor “colonialismo anticolonial”, faz alusão, além da influência destes nas pesquisas do M/C, também à radicalidade presente na noção de giro decolonial. O termo “giro decolonial”, proposto inicialmente por Nelson Maldonado-Torres em 2005, é definido por Ballestrin (2013, p. 105) como “movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade.” Todavia, não se trata nos termos de Kuhn da substituição de um paradigma mas do surgimento de “paradigmas outros”. (MIGNOLO, 2003 apud BALLESTRIN, 2013, p. 104). A decolonialidade aparece como a assunção de que, ainda que os países da América Latina tenham atravessado processos de independência e “descolonização formal”, o colonialismo e a colonialidade continuam presentes nas sociedades e em nosso sistema-mundo nas mais diferentes esferas da vida social. Muito do sistema mundo em que vivemos hoje - inseridos numa economia capitalista, com marcantes influências e padrões culturais e sociais universalizantes centrados no Norte Global - é um sistema mundo moderno/colonial que foi possibilitado com o colonialismo na América Latina. Entretanto,

ainda que a “meta-reflexão” sobre o giro epistêmico decolonial tenha sido um evento mais recente, “a prática epistêmica decolonial surgiu como consequência da implantação de estruturas de dominação, da matriz colonial de poder ou da colonialidade do poder -conceito que Aníbal Quijano revelou no final dos anos 80 e continua trabalhando [...]”. (MIGNOLO, 2008, p. 251). Ou seja, a genealogia do pensamento decolonial pode ser localizada na historiografia das Américas desde o próprio surgimento do colonialismo. Para Mignolo, as primeiras manifestações do giro decolonial remetem ao século 16 e começo do 17, nos *virreinos* espanhóis de Tawantinsuyu e Anáhuac (atuais Peru e México, respectivamente). O primeiro caso é ilustrado pelo cronista de ascendência inca Felipe Guamán Poma de Ayala, em sua obra “*Nueva Crónica y Buen Gobierno*”, destinada a Felipe III. Segundo Mignolo (2008, p. 251), são “tratados políticos de-coloniais que, graças à colonialidade do saber, não chegaram a dividir a mesa de discussões com Maquiavel, Hobbes ou Locke”.

A compreensão do que se entende pela descolonização epistêmica através da noção de “giro decolonial” está, também, muito ligada a uma das ideias centrais nas discussões do grupo e que explica a origem de seu nome - a colonialidade como constitutiva da modernidade. Para Mignolo (2008, p. 249), “tal compreensão já representa o pensamento decolonial em marcha”. Segundo o autor (2008, p.249), o argumento básico que rege os estudos feitos pelo coletivo o é de que

[...]Se a colonialidade é constitutiva da modernidade e a retórica salvacionista da modernidade pressupõe a lógica opressiva e condenatória da colonialidade, essa lógica opressiva produz uma energia de descontentamento, desconfiança entre aqueles que reagem ante a violência imperial. Essa energia se traduz em projetos de decolonialidade que, em última instância, também são constitutivos da modernidade.

A conceitualização de modernidade/colonialidade pelo coletivo a distingue das teorias paradigmáticas a respeito da modernidade, o que já auxilia na compreensão do que, afinal, diferencia o pensamento decolonial de outras correntes de pensamento pós-coloniais ou pós-modernas, por exemplo. Em Escobar (2003, p. 60), verificam-se alguns desses pressupostos constituintes da modernidade/colonialidade na concepção do grupo, a saber:

- 1) Uma ênfase ao localizar as origens da modernidade na Conquista da América e o controle do Atlântico depois de 1492, antes dos períodos os mais comumente utilizados como o Iluminismo ou o final do século XVIII.
- 2) Uma atenção persistente ao colonialismo e ao desenvolvimento do sistema mundial capitalista como constitutivos da modernidade; isto inclui uma determinação de não negligenciar a economia e suas formas concomitantes de exploração.
- 3) Por consequência, a adoção de uma perspectiva planetária na explicação da modernidade, no lugar da visão da modernidade como um fenômeno intra-europeu.
- 4) A identificação da dominação de outros fora do centro europeu como uma necessária dimensão da modernidade, com a concomitante subalternização do conhecimento e as culturas desses outros grupos.

5) Concepção do eurocentrismo como a forma de conhecimento da modernidade/colonialidade - uma representação hegemônica e modo de conhecimento que argumenta sua própria universalidade e que descansa em uma confusão entre universalidade abstrata e o mundo concreto derivado da posição europeia como centro.

Há uma continuidade entre os processos de colonialismo e colonialidade que possibilitaram a ‘modernidade’ como se conhece hoje. Não houve uma ruptura de fato com o colonialismo. Se por um lado os processos de colonialismo podem ser historicamente assinalados e analisados já a muito tempo por esforços de diferentes áreas do conhecimento, o conceito de colonialidade é de origem mais recente e um problema que se expressa em múltiplas esferas a serem estudadas. Foi Quijano em 1997 quem cunhou o termo ‘colonialidade’ pela primeira vez, referindo-se a “[...] algo que transcende as particularidades do colonialismo histórico e que não desaparece com a independência ou descolonização.” (ASSIS, 2014, p. 614). Ou seja, a conceitualização proposta por Quijano auxilia na compreensão da modernidade como intrinsecamente vinculada à experiência colonial.

No contexto das discussões do M/C em meados dos anos 2000, contribuições foram feitas e incorporadas nos estudos do grupo até chegar no que se conhece pela tripla dimensão da colonialidade: do saber, do poder e do ser. (BALLESTRIN, 2013). A colonialidade do poder foi proposta inicialmente por Quijano e se tornou amplamente presente nas discussões do grupo. Basicamente, trata-se de assumir -como já foi exposto anteriormente- que as relações de colonialidade nas esferas econômica e política não findaram mesmo depois da descolonização formal nos países periféricos. (BALLESTRIN, 2013). Além disso, o conceito “[...] possui uma capacidade explicativa que atualiza e contemporiza processos que supostamente teriam sido apagados, assimilados ou superados pela modernidade.” (GROSFUGUEL, 2008 apud BALLESTRIN, 2013, p. 100). De maneira assertiva, o autor traz ainda exemplos mais nítidos de como isso se dá na prática, a saber,

A expressão “colonialidade do poder” designa um processo fundamental de estruturação do sistema-mundo moderno/colonial que articula os lugares periféricos da divisão internacional do trabalho com a hierarquia étnico-racial global e com a inscrição de migrantes do Terceiro Mundo na hierarquia étnico-racial das cidades metropolitanas globais. Os Estados- -nação periféricos e os povos não-europeus vivem hoje sob o regime da “colonialidade global” imposto pelos Estados Unidos, através do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial, do Pentágono e da OTAN. As zonas periféricas mantêm-se numa situação colonial, ainda que já não estejam sujeitas a uma administração colonial. (GROSFUGUEL, 2008, apud BALLESTRIN, 2013, p. 100).

Resumidamente, a colonialidade do poder é, nas palavras de Mignolo (2000, p. 35), “[...] o eixo que organizou e organiza a diferença colonial, a periferia como natureza”.

Considerando suas discussões e propostas, é notável que o projeto do coletivo modernidade/colonialidade é, acima de tudo, um projeto epistemológico - ainda que suas ambições transcendam o ambiente acadêmico. Nesse sentido, a colonialidade do saber é um conceito também altamente recorrente nas discussões do grupo e se relaciona com questões que permeiam a geopolítica do conhecimento e a diferença colonial. Afinal, a diferença colonial “projeta muita importância ao locus de enunciação dessa mesma diferença”, o que acaba por interferir na estrutura da geopolítica do conhecimento. (BALLESTRIN, 2013, p. 103). Sendo o eurocentrismo a forma de conhecimento predominante e legitimada na modernidade/colonialidade, podemos encontrar em Escobar (2003, p. 60) uma síntese do que representa o eurocentrismo que rege o modo como se produz conhecimento:

[...] uma representação hegemônica e modo de conhecimento que argumenta sua própria universalidade e que descansa em “uma confusão entre uma universalidade abstrata e o mundo concreto derivado da posição europeia como centro”. (DUSSEL, 2000; QUIJANO, 2000 apud ESCOBAR, 2003, p. 60)

Ainda sobre a relação existente entre a colonialidade do saber e o eurocentrismo, acrescenta Quijano (2005, p.9 apud BALLESTRIN, 2013, p; 103-104):

A elaboração intelectual do processo de modernidade produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado. Essa perspectiva e modo concreto de produzir conhecimento se reconhecem como eurocentrismo. Eurocentrismo é, aqui, o nome de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de mediados do século XVII, ainda que algumas de suas raízes são sem dúvida mais velhas, ou mesmo antigas, e que nos séculos seguintes se tornou mundialmente hegemônica percorrendo o mesmo fluxo do domínio da Europa burguesa. Sua constituição ocorreu associada à específica secularização burguesa do pensamento europeu e à experiência e às necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América.

Cabe ressaltar que o presente trabalho de conclusão de curso não tem a intenção de esgotar a complexidade das diferentes dimensões da colonialidade articuladas pelo grupo. O objetivo traçado aqui foi o de realizar uma aproximação entre o/a leitor/a e as três dimensões da colonialidade, já que algumas delas serão abordadas mais detalhadamente nos capítulos subsequentes. Ainda assim, a colonialidade do poder e do saber serão abordadas novamente nos próximos capítulos, dada a relação destas com a pergunta de pesquisa.

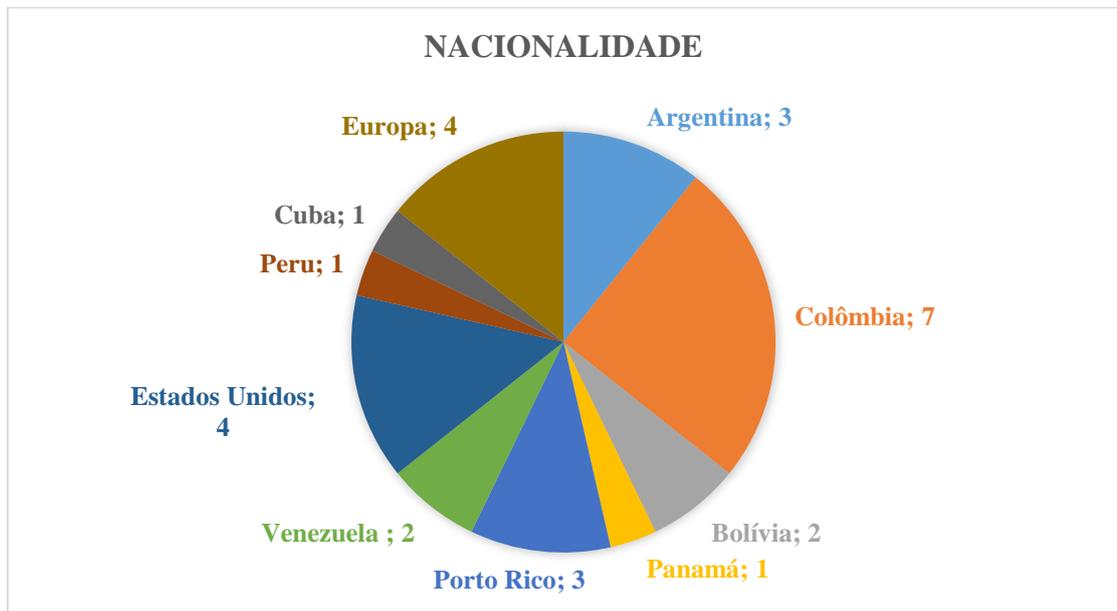
O uso da palavra ‘modernidade’ nas produções do grupo adquire sentidos outros, exemplo disso é a proposta de Dussel de trans-modernidade, que acaba sendo amplamente adotado pelas produções do coletivo. A modernidade não aparece como um projeto incompleto ou inacabado, que tem a pretensão de avançar rumo à uma ‘evolução’ no sentido progressivo da sociedade em si. Trata-se aqui da necessidade da decolonialidade, esse sim, um projeto inacabado. Para Escobar (2003, p. 65), a transmodernidade de Dussel é um projeto de superação

da modernidade, não através de uma lógica de negação mas sim ao refletir sobre ela partindo de seu “lado oculto”, da perspectiva do outro excluído. O esforço de Dussel se dá no sentido de “[...] resgatar os contra-discursos não hegemônicos e silenciados da alteridade que é constitutiva da própria modernidade”.

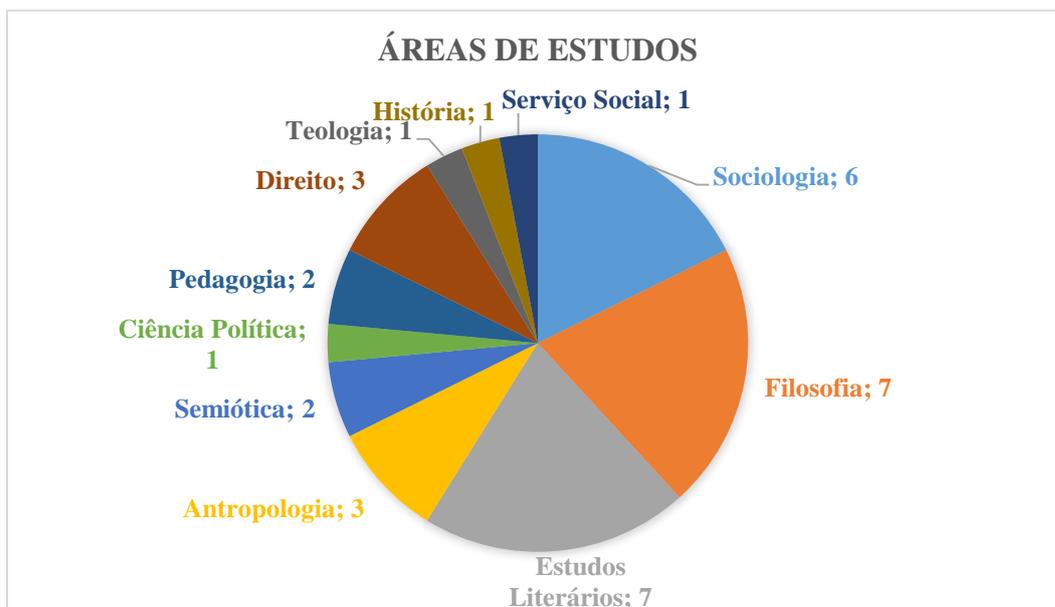
Assim, nota-se que nas produções do grupo M/C, a colonialidade aparece como uma face oculta e obscura da modernidade. É justamente por não considerar ou incorporar os processos de colonialidade como traços constituintes da modernidade, que a própria ideia de ‘modernidade’ acaba representando uma espécie de “mito”.

Por fim, cabe aqui uma breve apresentação das(os) intelectuais que integram o coletivo Modernidad/Colonialidad, incluindo desde figuras centrais até as ligadas mais tenuamente às discussões do grupo. O objetivo dessa etapa do trabalho é o de uma apresentação mais geral do grupo, ou seja, quem são, de onde vêm, quais suas principais áreas de estudo, onde se situam as universidades em que estavam atuando no momento da publicação do livro, etc. Finalmente, no próximo e último tópico do capítulo se dará a apresentação e análise do livro escolhido como objeto de estudo, incluindo os membros do grupo que nele contribuíram.

O coletivo realizou inúmeras discussões e parcerias com autores que não necessariamente formaram parte do coletivo, tampouco foram citados nas fontes expostas nesse parágrafo. Ademais, procurou-se, com a elaboração dos gráficos a seguir, considerar a transdisciplinaridade, a exploração dos interstícios e das fronteiras do conhecimento que marcam os trabalhos do grupo. Dessa forma, o intuito dos seguintes gráficos é o de aproximação com o objeto de pesquisa, através da compreensão da diversidade de perfis que constituem o grupo. No gráfico 1, destacam-se as diversas nacionalidades de todos os integrantes do grupo. Já no gráfico 2, têm-se os campos de estudo e atuação dos integrantes. O intuito que se tem com o gráfico 2 é apenas o de aproximação, já que o número de áreas excede o número de integrantes do grupo. Isso sucede em vista da característica exploração das “fronteiras” do conhecimento e transdisciplinaridade do coletivo. O gráfico 3 apresenta o número de participantes do coletivo por país em que atua.

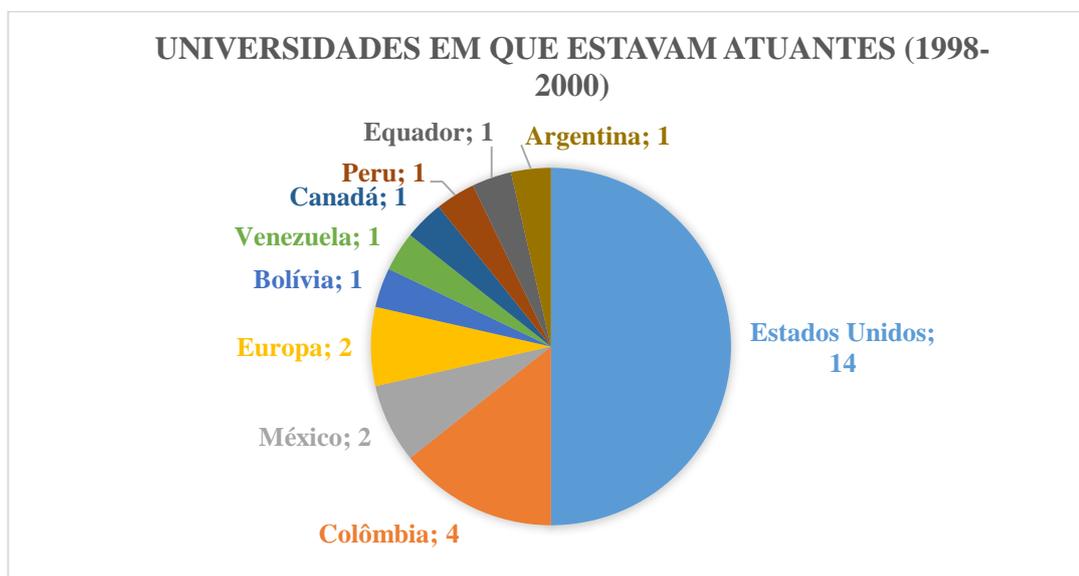
Gráfico 1- Integrantes do M/C por nacionalidade

Fonte: gráfico de elaboração própria (2020), utilizando-se informações encontradas em Escobar (2003) e Ballestrin (2013). Obs: Europa compreende os seguintes países: Espanha, Portugal, Alemanha e Finlândia, com um integrante de cada país.

Gráfico 2 - Principais áreas de estudos dos integrantes

Fonte: gráfico de elaboração própria (2020), utilizando-se informações encontradas em Escobar (2003) e Ballestrin (2013).

Gráfico 3 - Localização das universidades onde atuavam no período em que foi publicado o livro da CLACSO (1998-2000)



Fonte: gráfico de elaboração própria (2020), utilizando-se informações encontradas em Escobar (2003) e Ballestrin (2013).

3.1 CLACSO E O PROGRAMA SUL-SUL: A PUBLICAÇÃO DE “COLONIALIDADE DO SABER, EUROCENTRISMO E CIÊNCIAS SOCIAIS”

O grupo Modernidade/Colonialidade foi sendo paulatinamente formado e estruturado através de seminários, publicações e diálogos entre seus diversos integrantes, além de vinculações e parcerias firmadas por diferentes Universidades americanas. (BALLESTRIN, 2013). Logo após a dissolução do GLAES, no mesmo ano de 1998, Edgardo Lander convidou, com apoio da CLACSO, para um evento na *Universidad Central de Venezuela* os seguintes nomes: Escobar, Coronil, Mignolo, Quijano e Dussel. Esses três últimos autores, vale lembrar, viriam a constituir as três figuras centrais dentro do coletivo M/C. (ESCOBAR, 2003).

Desse evento, surgiu o que se tornou um marco nas publicações do coletivo, o livro “*Colonialidad del Saber: Eurocentrismo y ciencias sociales.*” Editado por Lander e publicado em Buenos Aires no ano de 2000, o livro conta com contribuições dos já nomeados autores que participaram do evento em Caracas, além de Castro-Gómez e outros dois nomes externos ao grupo: Francisco López Segre e Alejandro Moreno. Segre era então diretor da UNESCO/IESALC em Caracas. Já Moreno é um importante nome fundador do *Centro de Investigaciones Populares*, também em Caracas.

Em entrevista⁶ concedida no ano de 2016 para a CLACSO TV, Edgardo Lander - organizador do livro- diz que a iniciativa da publicação partiu principalmente de Immanuel Wallerstein, que, na época (1998), estava à frente da Associação Internacional de Sociologia (AIS). Segundo Lander, nesse contexto, a AIS estava muito voltada para o Norte e dialogando apenas com paradigmas sociológicos eurocentrados, o que fez com que Wallerstein, presidente da associação à época, organizasse um conjunto de esforços visando à reflexão do que significa a decolonialidade do pensamento moderno a partir de diferentes lugares do planeta. Para Lander, o mais interessante e valioso a respeito do livro foi o frutífero processo que o originou. Muito mais do que simplesmente juntar textos individuais sobre a temática da colonialidade do saber numa coletânea, foram dois anos de debate reflexivo em coletivo sobre o livro.

Dessa forma, é notável que esse processo criativo ao qual se refere Lander, deu origem, além do livro da CLACSO, a um corpo de autores e autoras que passaram a compartilhar um entendimento epistemológico, principalmente em relação à crítica do caráter eurocêntrico dos conhecimentos hegemônicos. Além disso, as discussões do coletivo e, principalmente do livro, voltam-se para o reconhecimento de que a transformação da sociedade passa necessariamente por essa dimensão política tão transcendente que é o terreno epistemológico. Afinal, se os saberes epistemológicos universalistas e eurocentrados que expressam e legitimam relações de dominação não são questionados, termina-se tendo a mais absoluta incapacidade de repensar o mundo e as transformações sociais a partir das próprias experiências dos povos do Sul. Sendo assim, percebe-se que os esforços do coletivo M/C no marco do livro “*Colonialidad del saber*” explicitam a concepção de seus integrantes a respeito da importância de se tomar os debates epistemológicos como debates políticos de primeira ordem, estando os dois necessariamente atrelados um ao outro.

O livro, que é um marco nas ciências sociais, foi publicado pelo Conselho Latino Americano de Ciências Sociais - a CLACSO - uma instituição internacional e não governamental, criada no ano de 1967 como uma iniciativa da UNESCO⁷. “A instituição tem status associativo, contando atualmente com 680 centros de investigação e pós-graduações nos campos das humanidades e ciências sociais em 51 países, da América Latina e demais continentes.” (SADER, Amir, s/a, s/p). O filósofo e sociólogo brasileiro Emir⁸ Sader,

⁶ Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=WW2aB9JZoc4/>>. Acesso em 28/10/2020.

⁷ Organização das Nações Unidas, para a Educação, a Ciência e a Cultura. Conforme consta em seu espaço virtual, a UNESCO “[...] busca construir a paz por meio da cooperação internacional em Educação, Ciências e Cultura. Os programas da UNESCO contribuem para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos na Agenda 2030, adotada pela Assembleia Geral da ONU em 2015.”

⁸ Emir foi secretário executivo da CLACSO entre os anos de 2006 e 2012, período em que a instituição passou a ter, pela primeira vez, sede própria, em Buenos Aires, Argentina.

contextualiza o momento de fundação da instituição que “[...] constituiu um momento importante das ciências sociais da região, que alcançaram um alto nível de elaboração com a formulação da problemática do desenvolvimento e da dependência.”

Sobre as atividades realizadas pela CLACSO, Emir Sader (s/a, s/p) destaca:

O Conselho desenvolve, entre outras atividades, as de organização e coordenação de grupos de trabalho temáticos, a cooperação entre regiões do Sul do mundo, concursos de bolsas para pesquisadores de distintos níveis, a publicação de livros produzidos por investigadores do continente, a divulgação da produção dos centros filiados mediante uma biblioteca virtual e bases de dados pela internet, a capacitação a distância para investigadores sociais por meio de um *campus* virtual, além da organização e participação em eventos internacionais.

Sobre os objetivos da CLACSO, podemos encontrar no site da instituição, aqueles que são os dez objetivos centrais do conselho, a saber:

(1) Promover a pesquisa social para o combate à pobreza e desigualdade, o fortalecimento dos direitos humanos e a participação democrática. (2) Contribuir [...] promovendo políticas de desenvolvimento sustentáveis em termos econômicos, sociais e ambientais. (3) Construir pontes entre a pesquisa social e as políticas públicas [...] (4) Apoiar a formação de redes de investigadores/as e instituições que atuam no campo das ciências sociais e humanidades. (5) Fortalecer os processos de internacionalização acadêmica na América Latina e Caribe. (6) Ampliar a cooperação e o diálogo acadêmico Sul-Sul e Norte-Sul. (7) Estimular o desenvolvimento e a consolidação das ciências sociais e do pensamento crítico nos países mais pobres da América Latina e Caribe. (8) Intervir no debate público nacional e regional, fornecendo as perspectivas e contribuições da pesquisa social baseada em resultados. (9) Cooperar com a formação de agentes governamentais, ativistas sociais e profissionais da imprensa em temas sociais, educativos, culturais e ambientais, aproximando-os de problemáticas abordadas a partir das ciências sociais [...] (10) Gerar condições de acesso aberto à produção acadêmica latino americana, contribuindo para a democratização do acesso ao conhecimento e permitindo sua utilização mais ativa por parte dos gestores de políticas públicas, das organizações sociais e cidadãos, da imprensa e do próprio sistema universitário. (CLACSO, site institucional, s/a, s/p).

A CLACSO é organizada em diversas áreas e programas de investigação. Um dos principais desses programas é o Sul-Sul, que deu origem ao livro tratado aqui, “La Colonialidad del Saber. Eurocentrismo y ciencias sociales”, publicado na coleção do programa. O programa de investigação Sul-Sul, considerado um dos mais populares e difundidos da CLACSO, objetivou a construção de pontes e intercâmbios no Sul Global, entre a América Latina, África, Oriente Médio e Ásia. Além disso, visou “aprofundar a cooperação acadêmica Sul-Sul e consolidar uma rede integrada por uma nova geração de investigadores do Sul Global, a partir de uma perspectiva crítica e comparada”. (CLACSO, site institucional, s/a, s/p).

No contexto dos anos 90, com o início do programa de investigação Sul-Sul, sucedem progressivas reaberturas democráticas na América Latina, onde diversos países haviam

vivenciado ditaduras civis-militares: nos anos 80, a reabertura se deu na Argentina, Brasil, Bolívia, Panamá, Paraguai, Nicarágua, Uruguai, entre outros. Nos anos 90, foi a vez do Chile. Somado a isso, temos crises relacionadas à adoção de políticas neoliberais na América Latina, que abre espaço para a ascensão das esquerdas no final dos anos 90 e início dos anos 2000, período que ficou marcado por uma tendência à democratização e adoção de políticas públicas com a finalidade de redução de desigualdades sociais, conhecido como “maré rosa”. A categoria “Sul Global” e os projetos de “Epistemologias do Sul” inserem-se assim, nesse contexto:

No começo do século XXI, o Sul Global foi a categoria mais poderosa para apresentar alternativas de futuro à globalização neoliberal, assim como para revitalizar diferentes lutas por descolonização. De um ponto de vista da sociedade civil, “outra globalização é possível” foi o *slogan* do Fórum Social Mundial, em 2001; as denúncias contra o racismo reverberaram em diferentes instituições; a proteção dos direitos ambientais e das comunidades originárias se tornaram parte da agenda internacional; experiências de descolonização promoveram o “novo constitucionalismo latino-americano” e outras contestações ao redor do mundo, como as demandas por descolonização dos currículos acadêmicos, monumentos históricos e museus. A agenda de pesquisa colocada pela valorização das Teorias e Epistemologias do Sul tem reunido os debates sobre dependência acadêmica, geopolítica do conhecimento e outras lógicas do saber. (BALLESTRIN, 2020)

Portanto, os projetos voltados para o Sul global ganharam força nesse começo do século XXI, no contexto da maré rosa na América Latina. Assim como o diálogo e “cooperações Sul-Sul foram estimulados como um novo paradigma de desenvolvimento proposto pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas [...]”. (BALLESTRIN, 2020). Aqui podemos compreender como a CLACSO, que na verdade é uma instituição independente mas criada como uma iniciativa da UNESCO/ONU, obteve o incentivo e o respaldo para programas como o Sul-Sul em dado contexto na América Latina.

A primeira etapa do trabalho foi pensada com o intuito de aproximar-se do problema de pesquisa a ser investigado e das condições que possibilitaram a formação do coletivo. Tratamos de diferentes vertentes que estariam inseridas no “paradigma” pós-colonial, além de escolas de pensamento que influenciaram os diferentes membros do M/C. Por isso, foram incluídos na primeira etapa da investigação todos os integrantes do coletivo identificados nos textos pesquisados a respeito do M/C. A partir daqui, a análise será direcionada ao objeto de pesquisa em si, que é o livro da CLACSO e, portanto, aos autores que participaram do livro, a saber: Santiago Castro-Gómez, Fernando Coronil, Walter Mignolo, Arturo Escobar, Enrique Dussel, Edgardo Lander, Aníbal Quijano, Alejandro Moreno e Francisco López Segrera. Demais autores do coletivo que não participaram do livro não estarão incluídos na investigação. Em seguida, podemos observar uma tabela com os nomes que compõem o livro, suas respectivas nacionalidades e universidades em que atuavam na época da publicação da obra pela CLACSO.

Os dois últimos nomes (assinalados com um “*” no final) são de autores que não participam oficialmente do coletivo Modernidade/Colonialidade e tampouco atuavam em alguma universidade, porém estariam ligados a instituições que serão expostas na tabela.

Integrante	Texto da Coletânea	Nacionalidade	Universidade/ Instituição
Aníbal Quijano	“Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”.	Peru	<i>Universidad Nacional de San Marcos</i> (Peru)
Walter Dignolo	“Colonialidade em toda parte: o Hemisfério ocidental no horizonte colonial da modernidade”.	Argentina	<i>Duke University</i> (EUA)
Enrique Dussel	“Europa, modernidade e eurocentrismo”	Argentina	<i>Universidad Autónoma Metropolitana</i> (México)
Santiago Castro-Gómez	“Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da invenção do outro”.	Colômbia	<i>Universidad Javeriana</i> (Colômbia)
Arturo Escobar	“O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento”	Colômbia	<i>University of North Carolina</i> (EUA)
Edgardo Lander	“Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos”	Venezuela	<i>Universidad Central de Venezuela</i>
Fernando Coronil	“Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo	Venezuela	<i>Michigan University</i> (EUA)
Francisco López Segrera*	“É possível uma ciência social não eurocêntrica na América Latina e Caribe?”	Cuba	Diretor UNESCO/Caracas
Alejandro Moreno*	“Superar a exclusão, conquistar a equidade: reformas, políticas e capacidades no âmbito social.”	Espanha/Venezuela	<i>Centro de Investigaciones Populares/Caracas</i>

Fonte: tabela de elaboração própria (2020), utilizando-se dados obtidos no livro da CLACSO.

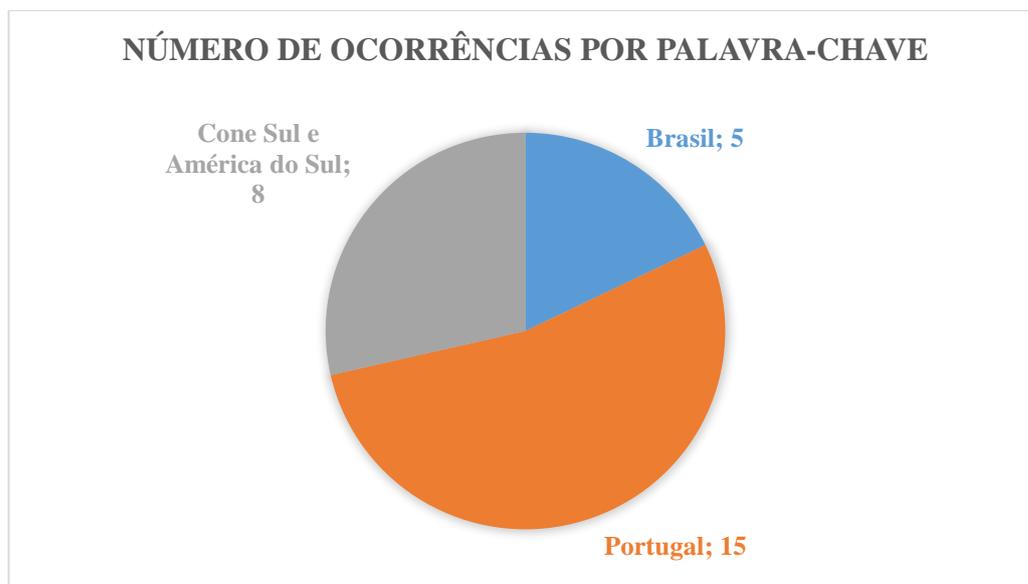
Como se nota no gráfico abaixo, dos nove autores que participam da obra, apenas dois realizam citações ou alguma consideração a respeito do Brasil no livro. Os dois autores que realizam tais citações são Aníbal Quijano, intelectual peruano considerado uma figura central no coletivo M/C, e Francisco López-Segrera, que apesar de ter contribuído com o livro pesquisado, não é considerado como um integrante do coletivo.

Gráfico 4 - Autores que mencionam o Brasil



Fonte: gráfico de elaboração própria (2020), utilizando-se os resultados obtidos com a pesquisa.

Sobre o número de ocorrências de cada grupo de palavras chave, temos o seguinte resultado: do total de vinte e oito ocorrências, quinze são da palavra Portugal (além de portugueses e “lusos”, consideradas variações); oito são das expressões Cone Sul e América do Sul; cinco se referem a Brasil e brasileiros. Os resultados verificados são apresentados no gráfico abaixo:

Gráfico 5 – Número de ocorrências por palavra-chave

Fonte: gráfico de elaboração própria (2020), utilizando-se os resultados obtidos com a pesquisa.

3. A DISCUSSÃO SOBRE O BRASIL: COLONIALIDADE DO PODER E IDEIA DE RAÇA

A primeira investigação realizada corresponde às ocorrências da palavra “Brasil” e suas variações no livro da CLACSO. Das seis (6) ocorrências da palavra e suas variações, cinco (5) foram consideradas, dado que uma das ocorrências aparece figurativamente e, por isso, não é considerada. Alguns países registraram o seguinte número de ocorrências⁹: Argentina (21); Estados Unidos (50); Bolívia (10); Cuba (5); Chile (13); Colômbia (19); Peru (21); México (79); Venezuela (24).

Aníbal Quijano é o autor que realiza quatro das cinco menções ao Brasil no livro, com “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”, texto que encerra a coletânea. É por ser o autor que realiza grande parte das citações das três palavras-chave pesquisadas que se dará mais ênfase no raciocínio de Quijano. O conceito de colonialidade do poder, proposto inicialmente por ele em 1989 e amplamente mobilizado para os estudos do grupo (BALLESTRIN, 2013, p. 99), é analisado aqui relacionado à história da América colonial até a formação dos diferentes Estados-Nações. A ideia de raça, além de uma categoria mental da modernidade/colonialidade, é uma espécie de mediadora de tal relação. A seguir, trataremos de

⁹ Não foi realizada uma pesquisa aprofundada acerca desses países, apenas se constatou numericamente as vezes em que aparecem no corpo do texto (com exceção de exemplos figurativos e referências).

explicar alguns entendimentos de Quijano em seu estudo, já que o número de ocorrências das palavras-chave buscadas estão em grande parte inseridas nesse texto.

O elemento “raça” aparece como constitutivo e fundacional das relações de dominação necessárias para a empresa colonial e para esse novo padrão de poder que é estabelecido a partir da conquista das Américas. A ideia de raça - categoria mental da modernidade -, segundo Quijano (2000, p. 122), “não tem história conhecida antes da América”. Ela constitui e é constituída pela colonialidade do poder através da codificação e hierarquização das diferenças entre conquistadores e conquistados.

[...] Na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, como constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. (QUIJANO, 2000, p. 107).

Civilizações das mais “desenvolvidas e sofisticadas”, povos das Américas como “astecas, maias chimus, aimarás, incas, chibchas [...]” (QUIJANO, 2000, p. 116), depois de trezentos anos da violência da colonização, transformaram-se, no marco de uma ideia reducionista de identidade racial, em **índios**. Assim como aconteceu com os povos trazidos forçadamente da futura África, para citar alguns exemplos levantados por Quijano: “achantes, iorubás, zulus, congos [...]”. Depois de séculos de colonização e escravização, foram todos classificados racialmente como **negros**.

Esse resultado da história do poder colonial teve duas implicações decisivas. A primeira é óbvia: todos aqueles povos foram despojados de suas próprias e singulares identidades históricas. A segunda é menos óbvia mas não menos decisiva: sua nova identidade racial, colonial e negativa, implicava o despojo de seu lugar na história da produção cultural da humanidade. Daí em diante não seriam nada mais que raças inferiores, capazes somente de produzir culturas inferiores. Implicava também sua realocação no novo tempo histórico constituído com a América primeiro e com a Europa depois: desse momento em diante passaram a ser o passado. (QUIJANO, 2000, p. 116).

Como explica Quijano, tendo a colonização sido possibilitada pela dominação de indivíduos não brancos pelos europeus, calcada na ideia de raça estabelecida por esse último, a “América e Europa produziram-se historicamente, assim, mutuamente, como as duas primeiras novas identidades geo-culturais do mundo moderno”.

Para compreendermos melhor a tese do autor, pensemos na questão do trabalho. Apesar das diferenças históricas entre os diversos países da América Latina, é sabido que em todos os países, pelo menos nos primeiros séculos de colonização, os negros foram reduzidos a escravos. (QUIJANO, 2000, p. 108). Assim como os negros, indígenas também foram submetidos à escravização, ainda que, em vários países, anos depois tenham sido poupados do escravismo para evitar seu total extermínio ou por outras razões. Diferente dos negros trazidos da África

que foram exclusivamente explorados como mão-de-obra escrava, os indígenas vivenciaram processos históricos não-lineares e diversos, a depender de suas características próprias e do cenário/território em que se encontravam no momento da colonização. Mesmo ocorrendo variações entre os papéis atribuídos aos indígenas, negros e “mestiços”, como traz Quijano, a criação da ideia de raça foi suficiente para o estabelecimento de “identidades negativas”. As consequências dessa criação e hierarquização da categoria “raça” criada pelos colonizadores, foram elementos constitutivos nas mais diversas esferas. Nessa perspectiva de inferioridade racial, não é difícil entender como a condição de colonizados automaticamente fazia dos negros e indígenas indignos do recebimento de salários. Sobre as consequências que ainda se fazem presentes na geopolítica global em decorrência da classificação/hierarquização racial estabelecida no marco do colonialismo, Quijano acrescenta:

Essa colonialidade do controle do trabalho determinou a distribuição geográfica de cada uma das formas integradas no capitalismo mundial. Em outras palavras, determinou a geografia social do capitalismo: o capital, na relação social do controle do trabalho assalariado, era o eixo em torno da qual se articulavam todas as demais formas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos. (Quijano, 2000, p. 110).

Enfim, desde o começo das Américas, os “futuros europeus associaram o trabalho não pago ou não assalariado com as raças dominadas”. (QUIJANO, 2000, p. 109). No sentido de se transformarem no centro do moderno sistema-mundo, esse êxito da Europa Ocidental no colonialismo determinou um traço comum a todos os dominadores coloniais e imperiais da história, o etnocentrismo. (QUIJANO, 2000, p. 111). No caso europeu, esse etnocentrismo se calcava na já mencionada classificação racial da população do mundo após a América. Junto ao fato de identidades forjadas em categorizações tais como negros, indígenas e “mestiços” serem considerados inferiores racialmente, é importante salientar que também eram considerados pelos europeus como “anteriores” a eles:

De acordo com essa perspectiva, a modernidade e a racionalidade foram imaginadas como experiências e produtos exclusivamente europeus. Desse ponto de vista, as relações intersubjetivas e culturais entre a Europa Ocidental e o restante do mundo, foram codificadas num jogo inteiro de novas categorias: Oriente-Occidente, primitivo-civilizado, mágico/mítico-científico, irracional-razional, tradicional-moderno. [...] Sob essa codificação das relações entre europeu/não-europeu, raça é, sem dúvida, a categoria básica. (QUIJANO, 2000, p. 111).

Em termos de identidades negativas e a maneira com que o padrão mundial capitalista de poder se “ergueu” e só foi possível através do colonialismo e da criação da categoria mental de “raça”, começa-se a compreender como algumas das considerações do autor a respeito de

como essa ideia foi incorporada e importante no processo do colonialismo e se perpetua através da colonialidade do poder. Quando pensa-se sobre o mercado de trabalho do Brasil em 2020, os índices chamam atenção: dos 13% da população economicamente ativa que está desempregada, 64% são pretos e pardos¹⁰. No último censo do IBGE em 2019, 42,7% da população brasileira se consideram brancos, 46,8% pardos, 9,4% pretos e 1,1% indígenas¹¹. Adentrando em outros índices, como os de diferenças salariais entre brancos e pretos, pode-se compreender como o Brasil (será visto adiante) é categorizado por Quijano no grupo de países onde prevalece o “mito da democracia racial”, países onde haveria uma suposta crença na igualdade democratização em diferentes esferas da vida social, o que não se atesta na realidade.

Sobre o conceito de modernidade, Quijano agrega que há uma pretensão etnocentrista enraizada de que a Europa teria sido exclusivamente “produtora e protagonista da modernidade” sendo todo avanço e modernização de populações não-europeias uma “europeização”. (QUIJANO, 2000, p. 112). O elemento “raça” para Quijano está relacionada à questão do Estado-nação no início desse debate acerca da concepção eurocêntrica de modernidade. Segundo o autor, há um conjunto de elementos que apontam em direção a uma outra modernidade, “[...] que dá conta de um processo histórico específico ao atual sistema-mundo”. (QUIJANO, 2000, p. 112).

O padrão de poder mundial, que rege a humanidade atual em seu conjunto, pode ser considerado o primeiro efetivamente global da história. Em nenhum mundo, nem no auge dos impérios de Tahuantinsuyo ou de Roma, houve um sistema global de poder e de homogeneização das formas básicas de existência social em relação às populações dominadas. (QUIJANO, 2000, p. 113). Já o atual padrão de poder mundial, que começou a se formar com a América, tem em comum três elementos centrais, a saber: a colonialidade do poder, o capitalismo e o eurocentrismo. Segundo Quijano (2000, p. 113), “o que sua globalidade implica é um piso básico de práticas sociais comuns para todo mundo, e uma esfera intersubjetiva que existe e atua como esfera central de orientação valorativa do conjunto”. As instituições hegemônicas existem em relação de interdependência umas com as outras, tais como “o capitalismo no controle do trabalho, de seus recursos e produtos; a família burguesa no controle do sexo, seus recursos e produtos; o Estado-Nação no controle da autoridade, seus recursos e

¹⁰ Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2019/11/13/ibge-64-dos-desempregados-sao-negros-e-informalidade-alcanca-47/>> acesso 01/12/2020.

¹¹ Disponível em <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html#:~:text=De%20acordo%20com%20dados%20da,1%25%20como%20amarelos%20ou%20ind%C3%A9genas/.>>> acesso em 01/12/2020

produtos; o eurocentrismo no controle da intersubjetividade” (QUIJANO, 2000, p. 113). Essas instituições hegemônicas são universais para a população do mundo tanto materialmente como representando modelos intersubjetivos. Assim são o Estado-Nação, a família burguesa, a empresa capitalista e a racionalidade eurocêntrica¹².

O padrão geopolítico de produção do conhecimento conhecido como eurocentrismo já foi brevemente explanado anteriormente, bem como a questão da colonialidade do poder. Cabe agora tecer alguns dados importantes a respeito do capitalismo para Quijano, para compreendermos como está associado à questão dos Estados-nação modernos. Como já foi exposto, a escravização na América foi organizada como mercadoria e com o objetivo de suprir o mercado mundial que se expandia, além de servir as necessidades do novo padrão capitalista. Significa dizer que, como traz Quijano (2000, p. 115) “[...] todas essas formas de trabalho e de controle do trabalho na América não só atuavam simultaneamente, mas foram articuladas em torno do eixo do capital e do mercado mundial.” Ainda que o capital tenha existido antes das Américas, o capitalismo só foi possibilitado depois de séculos de colonização, escravização e exploração, como podemos ver:

O capitalismo como sistema de relações de produção, isto é, a heterogênea engrenagem de todas as formas de controle do trabalho e de seus produtos sob o domínio colonial, no que dali em diante constituiu a economia mundial e seu mercado, constituiu-se na história apenas com a emergência da América. A partir desse momento, o capital sempre existiu e continua existindo hoje em dia só como o eixo central do capitalismo, não de maneira separada, muito menos isolada. (QUIJANO, 2000, p. 115).

3.1.1 BRASIL E A “QUESTÃO NACIONAL” NA AMÉRICA

O problema do moderno Estado-Nação ou da chamada “questão nacional” na América Latina está relacionado a uma questão de colonialidade do poder. Para Quijano, o Estado-nação é aquele que engloba uma sociedade nacionalizada e politicamente organizada. (QUIJANO, 2000, p. 118-119). Além de características que a tornam individualizada, o Estado-nação possui algo que faz com que seus habitantes a sintam como uma “identidade”. Todo Estado-nação é uma estrutura de poder, sendo o poder “[...] aquilo que articula formas de existência social dispersas e diversas numa totalidade única, a sociedade”. (QUIJANO, p. 119).

¹² O estudo de Quijano toma nota de diversos fatores que, para serem de fato compreendidos, requerem uma explicação mais aprofundada. Algumas considerações já foram feitas a respeito da colonialidade do poder, do capitalismo e do eurocentrismo, que são os três elementos centrais que caracterizam o atual padrão de poder mundial fundado com a América.

O Estado-nação geralmente conta com certo grau de democracia em sua estrutura, propiciado por um certo grau de participação política (a variar do Estado-Nação), o que geralmente representa uma distribuição do controle do poder. Também nesse sentido se dá o que Quijano chama de “homogeneização de pessoas num Estado-Nação moderno”. Como podemos ver, o Estado-Nação é necessariamente uma estrutura de poder porque se configura como tal: “[...] começa sempre com um poder político central sobre um território e sua população, porque qualquer processo de nacionalização só pode ocorrer num espaço dado, ao longo de um prolongado período de tempo”. (QUIJANO, 2000, p. 119). A emergência do Estado-Nação (com poder político estável e centralizado) se dá no âmbito da colonização, quando alguns poucos núcleos políticos impõem seu modelo de dominação aos povos estrangeiros. É importante o debate em torno do Estado-Nação e do que este se constitui para Quijano pois é a partir desse conceito que o autor divide e diferencia as regiões americanas. Com esse debate que se tem respostas a respeito do quão influentes foram os diferentes processos de colonização em cada parte da América, verificáveis também nos processos de independência/criação de Estados-nação.

O autor traz o fator do processo de democratização da sociedade como um dos principais para entendermos como se deram as diferentes experiências de nacionalização nos Estados-nação da América. É nesse sentido que pensamos a América Latina como um espaço em que a colonialidade do poder é uma “ferida aberta”, que traz problemas no sentido da democratização das sociedades. Na concepção de Quijano, diferente de outras regiões, em nenhum país da América Latina se verifica uma sociedade plenamente nacionalizada, assim como não se verifica um “genuíno Estado-nação”. (QUIJANO, 2000, p. 124). Isso ocorre, dentre outros fatores, porque “[...] a construção da nação e sobretudo do Estado-nação foram conceituadas e trabalhadas contra a maioria da população, neste caso representada pelos negros, índios e mestiços”. Como nos mostra Quijano, houve um processo de centralização estatal na Europa Ocidental que antecedeu a formação desses Estados-nação, mas que foi paralelo historicamente à dominação colonial que teve início na América. (QUIJANO, 2000, p. 119). Essa combinação de fatores históricos foi decisiva para compreender como os processos de homogeneização e democratização no sentido de estabelecer Estados-nações foram mais “efetivos” nos EUA e na Europa Ocidental do que na América Latina, segundo Quijano.

O autor traz essa análise sobre o Estado-nação e o divide em três eixos/casos básicos, passíveis de exceções e casos especiais, em sua concepção: “o Estado-nação na América: os Estados Unidos”, o “Cone Sul e maioria branca na América Latina” e, por fim, o subtópico chamado “Maioria indígena, negra e mestiça: o impossível “moderno Estado-nação”. É no

último grupo que, com os resultados obtidos através da pesquisa, pode-se considerar situado o Brasil. Sendo assim, nesse último subtópico, o Brasil é citado no final do parágrafo, ao lado de países como México, Bolívia, Peru, Venezuela, Colômbia...

Nesses países, ao começar a Independência, principalmente aqueles que foram demográfica e territorialmente extensos em princípios do século XIX, aproximadamente 90% da população era de negros, indígenas e mestiços. Contudo, em todos estes países, durante o processo de organização dos novos Estados, a tais raças foi negada toda possível participação nas decisões sobre a organização social e política. (QUIJANO, 2000, p. 122)

Contudo, na próxima frase do parágrafo citado, encontra-se o termo “Coroa Espanhola”, o que nos provoca uma questionamento ao pensar no caso do Brasil em dado contexto, ou seja, se as passagens também se referem às regiões de dominação ibérica (como é o caso do Brasil e a Coroa portuguesa):

A pequena minoria branca que assumiu o controle desses Estados viu-se inclusive com a vantagem de estar livre das restrições da Coroa Espanhola, que se dirigiam formalmente à proteção das raças colonizadas. A partir daí chegaram inclusive a impor novos tributos coloniais aos índios, sem prejuízo de manter a escravidão dos negros por muitas décadas. Claro que esta minoria dominante se encontrava agora livre para expandir sua propriedade de terra às custas dos territórios reservados aos índios pela regulamentação da Coroa Espanhola. (QUIJANO, 2000, p. 122)

Quando Quijano trata dessa minoria branca, chama atenção quando, após processos de independência formal da Coroa espanhola, ela encontra espaço para estar livre das restrições dessa mesma Coroa. Não menciona, porém, como no caso do Brasil, o Estado-nação em formação herdou características da Coroa Portuguesa e esteve mais ligado a ela em diversas esferas do que os então “recém-independentes” habitantes da América de colonização hispânica. Em grande parte dos então novos Estados-nação na América Latina (aqui o Brasil não se inclui), tiveram certo espaço para criar (ainda que baseado/espelhado fortemente num modelo eurocêntrico) suas estruturas político-institucionais com maior “autonomia” do que países como Brasil, que vivenciaram um período monárquico anterior à República. Nesse aspecto, cabe apontar que o Brasil, após sua independência de Portugal, foi um dos poucos países da América (juntamente com México e Haiti) que haviam vivenciado um regime monárquico. (PELLEGRINI; PRADO, 2020). Não cabe adentrar nas causas históricas que ocasionaram a instauração de uma monarquia “independente” nos trópicos pós-independência. Porém, há de se observar a particularidade do caso brasileiro, onde o então imperador (D. Pedro I) declarou a independência ao mesmo tempo em que manteve laços com Portugal, assegurando os interesses da metrópole e contendo a tendência à fragmentação do território observada em países da mesma região.

A última frase desse parágrafo de Quijano, citado na página anterior, traz outra menção ao país: “No caso do Brasil, os negros não eram nada além de escravos e a maioria dos indígenas, constituía-se de povos da Amazônia, sendo desta maneira estrangeiros para o novo Estado”. (QUIJANO, 2000, p. 123). De fato, é o que ocorreu no Brasil. A ideia de raça citada por Quijano foi tão básica no marco do colonialismo e na formação dos Estados-nação na América que perdurou sendo imposta através dos séculos seguintes. Como se pode imaginar, o racismo já imbuído na invenção da categoria mental de raça, segue sendo para muitas pessoas mais do que uma materialidade das relações sociais, mas sim a própria “materialidade das pessoas”. (QUIJANO, 2010, p. 17).

O autor também classifica em quatro diferentes experiências no sentido de trajetórias históricas e linhas ideológicas do problema do Estado-nação na América Latina. Como se vê, o Brasil está inserido no quarto grupo:

1. Um limitado mas real processo de descolonização/democratização através de revoluções radicais como no México e na Bolívia, depois das derrotas do Haiti e de Tupac Amaru. No México, o processo de descolonização do poder começou a ver-se paulatinamente limitado desde os anos 60 até entrar finalmente num período de crise no final dos anos 70. Na Bolívia a revolução foi derrotada em 1965.
2. Um limitado mas real processo de homogeneização colonial (racial), como no Cone Sul (Chile, Argentina, Uruguai), por meio de um genocídio massivo da população aborígine. Uma variante dessa linha é a Colômbia, onde a população original foi quase totalmente exterminada durante a colônia e substituída por negros.
3. Uma sempre frustrada tentativa de homogeneização cultural através do genocídio cultural dos índios, negros e mestiços, como no México, Peru, Equador, Guatemala-América Central e Bolívia.
4. A imposição de uma ideologia de “democracia racial” que mascara a verdadeira discriminação e a dominação colonial dos negros, como no **Brasil**, Colômbia e Venezuela. Dificilmente alguém pode reconhecer com seriedade uma cidadania verdadeira e plena da população de origem africana nesses países, ainda que as tensões e conflitos raciais não sejam tão violentos e explícitos como na África do Sul ou no sul dos EUA. (QUIJANO, 2000, p. 124, grifo nosso).

É certo que a citação anterior, presente no livro da CLACSO escolhido para o estudo, remete ao período em que foi redigido, em 1998-2000. Assim, é sabido também que desde esse período até o presente ano em que o livro está sendo estudado (2020), o Brasil social e politicamente atravessou profundas mudanças. Podemos destacar aqui alguns acontecimentos que talvez tenham alterado certas características relacionadas ao caso do Brasil: criação de políticas públicas de cotas raciais e socioeconômicas nas Universidades e concursos na área pública; mudanças paradigmáticas, retóricas e de pautas na esquerda brasileira, que passou a incorporar em suas discussões tópicos que vão além da luta de classes, como as identitárias (de gênero, raça e sexualidade, por exemplo); em decorrência de vários fatores (popularização de

mídias alternativas, ascensão no uso das redes sociais enquanto plataformas que propiciam debates e articulações), houve uma crescente mobilização e organização política dos movimentos negros e antirracistas frente à sempre presente tensão racial inerente ao racismo. Apesar de inúmeras mudanças ocorridas desde o ano em que se deu esse diagnóstico por parte de Quijano (2000), leva-se em consideração o fato de que o chamado “mito da democracia racial” ainda perdura no Brasil, podendo-se refletir sobre a verificação de um real pertencimento do país neste último grupo.

Em outra citação do Brasil no texto de Quijano, novamente o Brasil se destaca como um dos países de características coloniais marcadamente escravagistas. Como se nota, Quijano desmistifica a concepção eurocentrista que leva a interpretações equivocadas acerca do problema de nosso Estado-nação que, afinal, se deu de maneira radicalmente distinta da experiência europeia:

Nenhuma sequência evolucionista entre os modos de produção, nenhum feudalismo anterior, separado do capital e a ele antagônico, nenhum senhorio feudal no controle do Estado, ao qual uma burguesia sedenta de poder tivesse que desalojar por meios revolucionários. Se sequência houvesse, é sem dúvidas surpreendente que o movimento seguidor do Materialismo Histórico não haja lutado por uma revolução anti-escravagista, prévia à revolução anti-feudal, prévia por sua vez até mesmo à revolução anticapitalista. Porque na maior parte deste continente (EUA, todo o Caribe, Venezuela, Colômbia, o litoral do Equador e do Peru, Brasil), o escravismo foi mais generalizado e mais poderoso. (QUIJANO, 2000, p. 125).

Pode-se notar, também, como os Estados-nação estabelecidos na Europa basicamente se caracterizam historicamente como revoluções antifeudais, democrático-burguesas (no sentido eurocêntrico), e portanto esse tipo de “revoluções” na América Latina representa uma “impossibilidade histórica”. (QUIJANO, 2000, p. 126). Ainda assim, toda democratização é perfeitamente possível na América Latina, desde que se compreenda como a formação de nossos Estados-nação se deu de maneira totalmente diferente e adquiriu sentidos outros dos europeus, ainda que esses processos tenham se dado de maneira eurocentrada. Ou seja, é problemático que tenha havido uma construção profundamente eurocêntrica de nosso Estado-nação. Por isso, no começo da sessão sobre eurocentrismo e seu reflexo na experiência histórica da América Latina, Quijano (2000, p. 118) trata dessa perspectiva que “opera como um espelho que distorce o que reflete”. Essa metáfora utilizada pelo autor trata do eurocentrismo da qual a colonialidade do poder se constitui: ao olhar-nos num espelho, vemos traços parecidos com a Europa, no âmbito de nossa experiência histórica; ao mesmo tempo, porém, também enxergamos que somos profundamente distintos no mesmo sentido, como uma ambiguidade.

Assim, Quijano aborda a questão do moderno Estado-nação como uma “tragédia de equívocos” na experiência da América Latina. (QUIJANO, 2000, p. 118). Isso porque os

Estados-nação aqui foram “remodelados” ou simplesmente traduzidos, adaptados, inspirados por um exemplo europeu que nada tem a ver com nossa história ou com nossas próprias características históricas e socioculturais. Nesse caso, pode-se provocar a realização de um exercício mental de reflexão acerca da estrutura político-institucional no Brasil e demais países da América-Latina: haveria esta estrutura avançado rumo a uma democratização, tendo em vista a contemplação e participação de diferentes grupos sociais e étnicos? Ou será que o que serve de base dessa estrutura político-institucional do Estado-nação eurocentrado que se instituiu permanece carregado desde sua origem de traços eurocêntricos: racistas, elitistas e excludentes?

O último caso em que o Brasil é citado por Quijano, ainda na discussão sobre o problema do Estado-nação, o autor trata do que chama de “dependência histórico-estrutural”. O autor trata de como a burguesia com mais capital na América Latina dos anos 30 (Brasil, Argentina, México, Uruguai e Colômbia) passou a subordinar-se, no contexto da crise econômica mundial, a produzir artigos ostensivos. Essa burguesia, que antes dependia da Europa, passou a produzir localmente bens de consumo que antes tinham que importar. Assim, segundo Quijano, começou na América Latina um “peculiar caminho latino-americano de industrialização dependente: a substituição dos bens importados para o consumo ostentador [...] por produtos locais destinados a esse consumo” (QUIJANO, 2000, p. 123).

Apesar das diferenças e particularidades no tocante às experiências coloniais por indígenas, negros e mestiços nos diferentes países e blocos da América Latina, há algo em comum entre todos eles: houve uma pequena minoria branca e burguesa que esteve à frente dos agora independentes Estados-nação. Seus interesses sociais eram incompatíveis ou antagônicos com os da maioria dos grupos que compunham a população (negros, indígenas e mestiços). Claro que, no caso da Argentina e em menor parte dos outros países do Cone Sul, a maioria era branca. Porém, como já foi exposto, isso não foi o suficiente para atuar no sentido de uma homogeneização necessária aos Estados-nação. O ponto é que, como traz Quijano (2000, p. 123), “[...] não havia nenhum terreno de interesses comuns entre brancos e não-brancos, e, conseqüentemente, nenhum interesse nacional comum a todos eles”. Foi por esse motivo que, como citado anteriormente, os brancos ao inaugurarem Estados-nação independentes, se perceberam mais próximos à burguesia branca europeia do que de seus conterrâneos negros e mestiços.

Essa problemática levantada por Quijano (e que inclui juntamente ao Brasil a burguesia com mais capital da América Latina nos anos 30), nos faz pensar no sistema-mundo moderno/colonial em que estamos inseridos: um sistema que se criou a cerca de quinhentos

anos com a expansão colonial europeia. Nesse mundo, foram criadas relações de centro-periferia e uma divisão internacional do trabalho. (Grosfoguel, 2008). Como já foi exposto aqui, em escala planetária, em razão do colonialismo, os países colonizados passaram a ser subordinados e constituírem a periferia e, dentro do sistema capitalista em formação, foram desde o começo caracterizados pela produção mono-exportadora. É importante salientar que, esse evento começou com a expansão colonial e continuou através dos anos, com a independência. (GROSFOGUEL, 2008).

3.3. O CONE SUL E A “MAIORIA BRANCA”

Diferentes interpretações geopolíticas acerca do chamado Cone Sul são possíveis e existem. Grande parte delas é focada no caráter/dimensão geopolítica, acima de tudo, porém, segundo interpretação baseada nas ocorrências de “*Conesur*” no texto, esse enfoque também pode ser histórico no sentido de semelhanças nas experiências dos países e suas histórias. Diferente do Mercosul, o chamado Cone Sul não possui também um caráter político-institucional e econômico. Baseado nas pesquisas do termo “Cone Sul” e “*Conesur*”, foram identificadas algumas interpretações: Argentina, Chile e Uruguai são incorporados em todas as abordagens de Cone Sul, enquanto o Paraguai, Brasil e Bolívia por vezes são incorporados, o que não ocorre na sessão de Quijano do livro.

Os resultados da pesquisa nessa seção indicam a não compreensão do Brasil, como parte do Cone Sul, na crítica de Quijano. Pode-se encontrar, na versão do autor (que também parece ser a interpretação dos demais autores do livro, com exceção de Segrera), as discussões sobre o Brasil mais próximas historicamente de países como Venezuela e Colômbia, onde os processos de composição da população e de escravização se assemelham mais ao Brasil do que os países do Cone Sul (Argentina, Chile e Uruguai), de “maioria branca”.

Primeiramente, para entendermos como se constrói a caracterização acerca do Cone Sul, é importante destacar a questão do “Estado-nação na América: os Estados Unidos” (cf. supra pg. 41), já que Quijano constantemente analisa comparativamente, traz diferenças e semelhanças deste para o caso do Cone Sul. Sobre a violência colonial ocorrida nos países do bloco (Conesul), que assim como nos EUA:

Os indígenas, em sua maioria, tampouco foram integrados à sociedade colonial, na medida em que eram povos de mais ou menos a mesma estrutura da América do Norte, sem disponibilidade para se transformarem em trabalhadores explorados, não condenáveis a trabalhar forçosamente e de maneira disciplinada para os colonos. Nesses três países, também a população **negra** foi uma minoria durante o período colonial, em comparação com outras regiões dominadas por espanhóis ou

portugueses. E os dominantes dos novos países do Cone Sul consideraram, como no caso dos Estados Unidos, necessária a conquista do território que os índios povoavam e o **extermínio** destes como forma rápida de homogeneizar a população nacional e, desse modo, facilitar o **processo de constituição de um Estado-nação moderno, à europeia**. (QUIJANO, p. 121, grifos nossos)

Outra diferença decisiva que existe entre o caso do Cone Sul e o estadunidense é a questão da terra. Principalmente na Argentina, a expropriação e extrema concentração das terras tomadas dos indígenas foi levada às últimas consequências. Mesmo com uma certa “homogeneização” social (boa parte da população eram brancos e imigrantes europeus; em Buenos Aires do século XIX eles constituíam 80% da população), que também se fez presente nos Estados Unidos, no caso da Argentina, mesmo com esse fator, não foi possível o estabelecimento de relações sociais democráticas entre os brancos. (QUIJANO, 2000, p. 121). É importante considerar que a escravidão em países do Cone Sul, por exemplo, na Argentina e no Chile, foi abolida oficialmente nos países do bloco (1813 e 1811, respectivamente) antes de países como Brasil (1888) e EUA (1865). Com isso, após a substituição dessa “mão de obra”, antes negra e escrava, agora branca, europeia e remunerada/assalariada, “[...] pôde ser estabelecido um poder configurado como Estado-nação de brancos”. (QUIJANO, 2000, p. 121).

Portanto, os negros e escravos eram uma minoria nos países do Cone Sul. Quijano aponta que nesses países, com a Independência, as relações econômicas estiveram mais baseadas em trabalhadores assalariados e produtores independentes, fortalecendo o mercado interno tão importante para a burguesia pré-monopólica. Assim, apesar do processo de colonização e formação dos Estados-nação do Cone Sul terem sido diferenciadas dos outros países da América Latina, nos países do bloco (especialmente na Argentina) formou-se um Estado oligárquico em decorrência dessa desigual concentração de terras e recursos nas mãos de poucos, da mesma maneira que sucedeu em diferentes regiões da América Latina, como em grande parte do Brasil. Apesar disso, cabe apontar que no Sul do Brasil (eventualmente considerado na região que compreende o Cone Sul), o processo de distribuição de terras se deu de maneira distinta do restante do país.

Pode-se destacar também, apesar de parecer quase auto evidente em decorrência do que já foi exposto, que os indígenas foram quase que totalmente dizimados, a minoria sobrevivente foi sobrevivente e excluída do Estado-nação. No caso dos negros, podemos tomar como exemplo o Chile, que apesar de serem eles os mais importantes para a economia colonial, constituíam uma minoria, diferente de grande parte dos países ibéricos, incluindo o Brasil, cujo

sistema/lógica escravagista foi lastimosamente expandida como estratégia do sistema capitalista colonial/moderno, até sua abolição formal apenas em 1888.

Além disso, pode causar estranhamento a falta de inclusão no bloco do Brasil, Bolívia e Paraguai, comumente também associados ao Cone Sul. Porém, quando se entende a questão do “Cone Sul e a maioria branca”, da discussão sobre a homogeneização dos Estados-nações do bloco, percebemos um deslocamento do conceito de Cone Sul meramente geográfico ou geopolítico para a questão da racial, que tem relação direta com a colonialidade do poder. Como se sabe, as elaborações do Coletivo Modernidade/Colonialidade estão muito ligadas à análise e diálogo transdisciplinar. Porém, as discussões do grupo se mostram mais “organizadas” e lineares em relação, por exemplo, ao GLAES, visto que suas elaborações estão voltadas quase que exclusivamente para questões que permeiam e que são reveladas pela Colonialidade e pela concepção de Modernidade que se construiu. Portanto, ao pesquisar-se sobre o Cone Sul no livro, tem-se como resultado da análise o não pertencimento do Brasil ou do Sul brasileiro ao bloco na concepção de Quijano.

Já ao pesquisar-se sobre a região da “América do Sul”, foram encontradas duas ocorrências, sendo uma delas apenas um exemplo figurativo e a outra, irrelevante se tratando do objeto/pergunta de pesquisa. Além disso, nota-se que também não se utiliza muito de entendimentos geográficos generalizantes tais como “América do Norte” ou “América Central”. Tal fator nos leva ao seguinte pressuposto, que talvez em algum sentido também se manifeste nos outros eixos do trabalho: tem-se muita cautela ao fazer inferências ou tratar de conceitos que compreendem grandes áreas geográficas ou ao se mencionar/adentrar em exemplos que contam com alta complexidade e/ou diversidade de fatores explicativos. Talvez, assim como a “América do Sul”, o Brasil constitui um exemplo. Afinal, diferente da América do Sul, o Cone Sul é objeto de constantes considerações e categorizações que reforçam seu caráter geopolítico no tocante às semelhanças históricas entre seus países membros. Assim, pressupõe-se que o conceito entendido por “Cone Sul”, além de seu caráter geopolítico, condiz com um exemplo historiográfico explicativo para o grupo, mais do que “América do Sul”.

3.4. DEPENDÊNCIA, SUBIMPERIALISMO E SEMIPERIFERIA NO BRASIL

A outra ocorrência da palavra “Brasil” (não realizada por Quijano) foi localizada no texto de Francisco López Segrera em que o autor traz uma discussão a respeito da questão que está posta no título de seu texto: “seria possível uma ciência social eurocêntrica em nossa

região?” O autor traça considerações a respeito do importante papel desempenhado por redes como a FLACSO, CLACSO, dentre outras, que foram responsáveis pela contribuição na elaboração de “paradigmas autóctones nas Ciências Sociais da América Latina e Caribe”. (SEGRERA, 2000, p. 98). Para o autor, as ciências sociais latino-americanas alcançaram sua “plena identidade” nos anos cinquenta, muito embora já nos anos oitenta se tenha iniciado uma tendência à sua reversão:

[...] no momento que surgiu a FLACSO, e é um mérito desta rede - e da UNESCO - haver contribuído com a criação de paradigmas autóctones, próprios à realidade da região (tarefa que promove a CLACSO). [...] Poderá haver crises paradigmáticas com relação à era da CEPAL ou da Escola da Dependência, mas não há crises de identidade. Não obstante, é clara desde os anos 80, a tendência à reversão das valiosas tentativas de repensar o continente desde si mesmo. Esta tendência [...] está associada aos paradigmas próprios do neo-liberalismo e pós-modernismo. (SEGRERA, 2000, p. 98)

É importante lembrar que López Segrera, na época (2000) era o diretor regional da UNESCO, por isso trata em sua análise da questão desenvolvimentista da Teoria da Dependência, que foi elaborada no contexto da CEPAL¹³ (iniciativa da UNESCO).

A partir disso, Segrera nos traz uma lista com axiomas e contribuições consideradas por ele essenciais para as ciências sociais da América Latina, na qual a sua crítica a respeito da Teoria da Dependência ocupa um lugar de destaque. Resumidamente, essa teoria que trata do denominado “capitalismo dependente” que teve lugar na América Latina “não foi capaz de oferecer uma reflexão com resultados viáveis acerca de como construir um modelo alternativo de sociedade”. (SEGRERA, 2000, p. 98). O seu principal defeito, segundo Segrera, foi “[...] não haver percebido que nenhum sistema pode ser independente do sistema-histórico atual, da economia mundial.” (SEGRERA, 2000, p. 98). É preciso se atentar, contudo, que essa crítica não significa validar as políticas de ajuste defendidas pelo neoliberalismo. A crítica ao “principal defeito” da teoria da dependência nos permite traçar uma correlação entre a concepção do autor e a dos integrantes do M/C, que parecem considerar essa lógica.

Os axiomas que o autor traz como sendo os principais que contribuíram para a compreensão dos problemas próprios da América Latina, que são “chaves” para a segunda metade do século passado. Antes de tratarmos do caso em que o Brasil aparece aqui, porém, cabe mencionar os demais axiomas trazidos pelo autor, que são os seguintes: “capitalismo colonial”, de Sergio Bagú; “centro-periferia”, de Raúl Prebisch e o axioma “dependência”, de Theotônio Dos Santos. O último autor mencionado foi um economista brasileiro, além de um dos formuladores da teoria da dependência, também atuou nos estudos da teoria do sistema-

¹³ Comissão Econômica para América Latina e Caribe.

mundo. Por último, chegamos no axioma “subimperialismo”, de Ruy Mauro Marini (também brasileiro), em que o Brasil é citado:

O axioma “subimperialismo” de Ruy Mauro Marini: “Passou o tempo do modelo simples centro-periferia, caracterizado pelo intercâmbio de manufaturas por alimentos e matérias-primas [...] O resultado foi um reescalonamento, uma hierarquização dos países de forma piramidal e, por conseguinte, o surgimento de centros medianos de acumulação, que são também potências capitalistas médias, o que nos levou a falar do surgimento de um subimperialismo”. (Marini, 1977, p. 21). Este conceito resulta equivalente ao de semiperiferia de Wallerstein, pois se refere ao papel desempenhado por países como o Brasil e os tigres asiáticos na nova divisão internacional do trabalho. (SEGRERA, 2000, p. 99)

Somado a esses axiomas, Segrera traz ainda dezesseis (16) “contribuições relevantes de Nossa América”, das quais algumas foram elaboradas por autores brasileiros:

a) os estudos tipológicos de Darcy Ribeiro sobre os povos e o processo civilizatório; b) a sociologia da fome de Josué de Castro; [...] e) a pedagogia do oprimido de Paulo Freire; f) as visões críticas da globalização de Octavio Ianni, Celso Furtado, Héctor Silva Michelena e Armando Córdova, entre outros; [...] h) os vislumbres sobre a Teologia da Libertação de Gustavo Gutiérrez e Leonardo Boff; [...] j) a visão da dependência em Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, denominado “enfoque da dependência” para diferenciá-lo da “teoria da dependência” de Marini, dos Santos, [...] (SEGRERA, 2000, p. 99).

Nota-se como Segrera não só cita o Brasil e autores brasileiros mas também o cita como um exemplo de “subimperialismo” que estaria na lista dos principais conceitos-chave para as ciências sociais latino-americanas, sendo altamente difundidos e populares. Ou seja, o autor, além de citar o Brasil, o utiliza como exemplo e ainda nomeia uma série de intelectuais brasileiros responsáveis por aportes que estão entre os mais importantes nas ciências sociais latino-americanas da segunda metade do século XX. As contribuições de autores brasileiros tais como as teorias que propuseram reflexões a respeito da “dependência” e do “subimperialismo” não são o foco da investigação e do marco teórico do presente trabalho. Contudo, é interessante percebermos a quantidade de autores brasileiros que atuam ou atuaram em determinadas teorias que, além de paradigmáticas e difundidas no Brasil, também o foram na América Latina. Afinal, disso se tratam os axiomas e teorias citados pelo autor.

É justamente, o conhecimento a respeito de teorias desenvolvidas e pensadas aqui, além dos autores que Segrera dialoga, que leva à percepção de que o autor detém certo conhecimento dessas teorias e do Brasil em determinados aspectos. Sendo assim, pode-se afirmar que Segrera, apesar de não ser um membro do coletivo, é o único autor da coletânea que realiza os três movimentos: cita o Brasil, utiliza-o como exemplo e dialoga com seus autores. Ou seja, pressupondo-se que o autor, pelos motivos já expostos aqui, detém certo conhecimento a

respeito do Brasil; somado ao sentido que ele atribui ao país em seu texto, situando-o na América Latina como um país subimperialista e que caracteriza um país semiperiférico, constitui um dado significativo para a pesquisa.

Não se trata aqui de assumir ou verificar se o Brasil se trata ou não de um país que constitui um exemplo do subimperialismo de Marini e/ou semiperiferia de Wallerstein. Trata-se, no entanto, como já foi dito anteriormente na exposição do problema de pesquisa, de se assumir que o Brasil constitui um caso excepcional em diversos aspectos históricos como: sua proporção geográfica continental, colonização portuguesa, formação do Estado-nação brasileiro e independência mais como um “processo histórico complexo” do que uma revolução, como na maior parte dos países da América hispânica (não tivemos “libertadores” no Brasil, tal como a Argentina e Uruguai de José de San Martín, Simón Bolívar da Colômbia, Venezuela, Bolívia ou até mesmo um dos ícones da Revolução Mexicana, Emiliano Zapata).

Mais além de fatores históricos e coloniais como os que foram citados, pensemos em aspectos materiais do Brasil. Trata-se de um país que hoje, ainda que fortemente agroexportador, é também industrializado e concentra muita riqueza (ainda que de forma tão desigual social-economicamente). Pode-se considerar a reflexão acerca do pressuposto do autor, em que se atribui o Brasil inserido nesse grupo de países “semiperiféricos” e “subimperialistas”, constituindo uma potência capitalista média, nas palavras de Segrera. Há, portanto, a possibilidade desse sentido atribuído por Segrera em seu texto ser uma visão difundida no grupo, ainda que quase não se tenha tratado do ou citado o Brasil no texto. Isso porque, de fato, parte considerável dos textos da coletânea tratam em aspectos gerais dos diferentes processos de colonialismo na América Latina (principalmente a hispânica). Porém, há de se atentar para o detalhe de que, o pressuposto de um olhar mais “generalista” lançado sobre a América Latina, não poderia dar conta de explicar a diferença notável de vezes que outros países como o México (79) é citado e mais amplamente abordado nos textos do que o Brasil (6).

3.5. CONSIDERAÇÕES SOBRE PORTUGAL

Os resultados desse eixo da pesquisa apontam o seguinte: das treze ocorrências da palavra “Portugal” ou “portugueses” no corpo do texto, apenas uma não está associada à “Espanha” ou “espanhóis”. Além disso, os resultados obtidos com a localização e codificação das ocorrências e variações de “Portugal” na pesquisa, expõem que das 13 ocorrências, todas

remetem às considerações diversas à respeito do processo histórico do colonialismo descrita na metodologia como “processo de colonização”, reafirmando a inferência realizada anteriormente acerca do caráter historiográfico dessas menções aos países ibéricos. Também foi pesquisado o termo “lusó”, onde foram localizadas duas ocorrências, ambas “*lusó-hispano*”, ou seja, também associadas à Espanha.

A seguir, destaca-se a única ocorrência em que “Portugal” não está diretamente relacionada à “Espanha”, que aparece numa discussão de Enrique Dussel acerca da modernidade (2000, p. 27, grifo nosso):

Empiricamente nunca houve História Mundial até 1492 (como data de início da operação do “Sistema-mundo”). Antes dessa data, os impérios ou sistemas culturais coexistiam entre si. Apenas com a expansão **portuguesa** desde o século XV, que atinge o extremo oriente no século XVI, e com o descobrimento da América hispânica, todo o planeta se torna o “lugar” de “uma só” História Mundial (Magalhães-Elcano realiza a circunavegação da Terra em 1521).

Assim, sendo esse o único exemplo localizado de uma inferência que não liga Portugal a Espanha ou portugueses à espanhóis, nota-se que após os processos de independência dos países no subcontinente, a discussão sobre possíveis interferências ou influências específicas de cada país (Portugal ou Espanha) não se concretiza. O que se explana é como muito da estrutura colonial inaugurada por esses dois países com a colonização da América deu início ao novo padrão de poder mundial e configurou-o como um sistema-mundo moderno/colonial.

Entretanto, apesar da grande extensão territorial do Brasil e das diversas particularidades que tiveram os portugueses no Brasil, não se adentra em especificidades da colonização portuguesa. Nesse processo, não são realizadas diferenciações acerca das particularidades e dos diferentes caminhos rumo à construção dos Estados-nações da “América portuguesa” e “América hispânica”, privilegiando a análise sócio histórica dessa última e dos países que sofreram essa colonização. Isso implica, de certa forma, ocultar as especificidades e a diferente trajetória da colonização portuguesa nas Américas, que acabou dando origem ao maior geograficamente dos Estados-nações na América Latina (Brasil), ao mesmo tempo em que, além dos países de idioma hispânico, se privilegia a análise acerca do caso estadunidense e a colonização britânica (refere-se ao tópico da discussão de Quijano “o Estado-nação na América: os Estados Unidos”).

Os integrantes do M/C são majoritariamente provindos de países da América Latina e, apesar do coletivo não contar com autores brasileiros, conta com quatro participantes estadunidenses. Além disso, pesquisando-se individualmente sobre cada integrante, inclusive os que não contribuem no livro, pode-se notar que, apesar de serem em sua maioria naturais de

países latino-americanos, uma quantia considerável de intelectuais estariam (até o período da publicação do livro) a viver e pesquisar atuando em universidades estadunidenses, como se pôde observar no Gráfico 3. Pode-se trabalhar somente os autores que contribuíram no livro, por exemplo, para considerar que, dos sete que efetivamente são integrantes do M/C, quatro atuam em universidades da América do Norte, sendo três estadunidenses e uma mexicana. Ou seja, possivelmente o enfoque na análise da América “hispanica” e “britânica”, esteja relacionada à uma questão da geopolítica do conhecimento. Afinal, privilegia-se, em Quijano, a análise referente à formação nacional dos EUA, o que se considera legítimo e extremamente frutífero para seu raciocínio. Porém, também há de se questionar a respeito do silenciamento ou do papel subsidiário na formação do Estado-nação brasileiro: estaria, na concepção de Quijano e de outros do grupo, a análise da colonialidade na América Latina, atrelada à um certo “lugar de enunciação” no qual estariam pesquisando grande parte desses autores? Ou seja, pode-se refletir acerca de como o Norte (no caso, os EUA, país de onde pesquisam) determina quais as noções, o que é incorporado e o que é “subsidiário” na percepção de “América Latina”. Assim, há a possibilidade da noção de “América Latina” para os estadunidenses incorporarem apenas países de colonização hispânica, considerados “latinos”, ocultando o Brasil no debate. Tal reflexão não se trata apenas de Quijano, mas se estende também aos demais membros do grupo, que sequer incorporam ou citam o Brasil em suas discussões. É evidente que, como já foi exposto, há uma tendência a se tratar da colonização “lusohispânica” em muitos casos como algo monolítico, como se não houvesse, afinal, diferenças nos dois processos passíveis de categorizações e considerações; como se não houvesse a concepção, afinal, de se tomar o Brasil como um país que, frente à suas especificidades históricas, constituiria uma “realidade apartada” da América Latina, no caso de Quijano e dos demais membros do grupo.

Entretanto, não se tratam de elaborações “generalistas” por parte de Quijano, como se houvesse a crença que o processo de colonialismo houvesse ocorrido de maneira semelhante em todos os países e regiões da América Latina. Não se considera que há um “ocultamento” das particularidades históricas desses países. O que se demonstra, no entanto, é que Quijano é o único autor do livro que traça distinções e organiza os países do continente em categorias históricas a partir da formação de seus territórios em Estados-nações, sob uma ótica da questão da raça. Diferente de Quijano, Segrera lista diversos axiomas, aportes e autores que se tornaram importantes para as ciências sociais latino-americanas. Ou seja, aqui um dos poucos países mencionados para exemplificar algum axioma foi o Brasil, constituindo uma exceção à tendência do autor de considerar os aportes e axiomas latino-americanos como valoráveis para as ciências sociais da América Latina como um todo.

É importante atentar, porém, que não se inclui aqui, Francisco López Segrera. Em um movimento inverso, o autor incorpora o Brasil na análise dialogando com autores brasileiros e inclusive citando o Brasil como um exemplo de um conceito/axioma que compreende países “semiperiféricos” ou “subimperialistas”. Além do Brasil, também são utilizados como exemplo os chamados “tigres asiáticos”. Neste cenário, onde não está incluso qualquer outro país latino-americano além do Brasil, pode-se refletir também sobre um pressuposto distinto do anterior, que explique a pergunta de pesquisa. Nesse caso, a explicação ou causa para o Brasil e suas especificidades históricas não serem abordados/incorporados seria precisamente explicado pelo papel que desempenha o país no continente, como “semiperiférico” e/ou “subimperialista”, afastando-o de grande parte das análises.

3.5 O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO, DE ESCRAVAGISMO E PRODUÇÃO INTELECTUAL

As categorias a serem trabalhadas nesta seção da pesquisa foram delimitadas de acordo com as ocorrências localizadas a partir das palavras-chave e suas variações. Sendo assim, existem três eixos que, partindo das ocorrências, propiciam o estabelecimento de categorias para a análise do problema de pesquisa: Processo de colonização, de escravização (ou questões raciais) e de produção intelectual.

O processo de colonização aparece aqui com um caráter e sentido históricos, remetendo basicamente ao período histórico colonial na América Latina até a modernidade. No caso da palavra “Brasil” e suas variações, das cinco ocorrências, três estão inseridas contextual e/ou tematicamente no eixo entendido por processo de colonização nas ocorrências. Ao passo que, Cone Sul e América do Sul, das oito ocorrências ao todo, sete se incluem/agrupam no eixo de colonização; Portugal e suas variações foram localizadas quinze vezes, não havendo qualquer exceção que não se inclui nesse eixo.

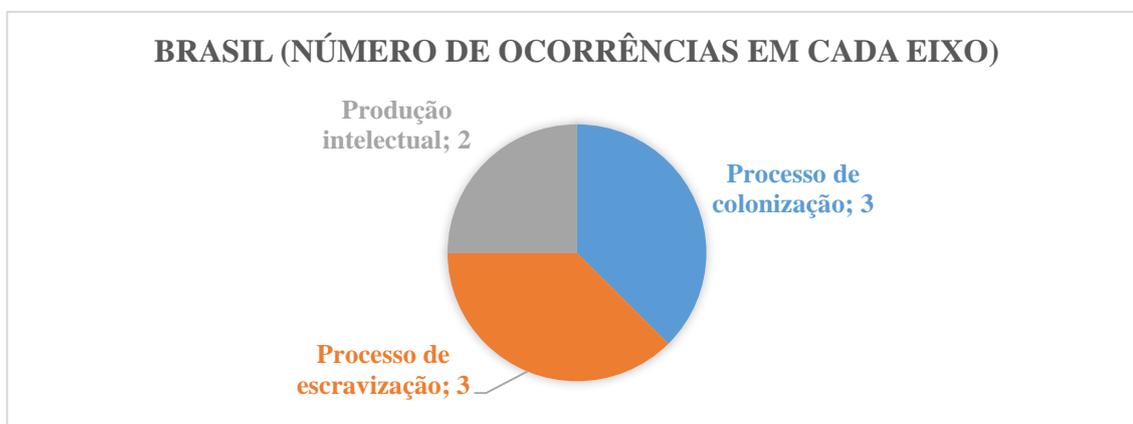
Considera-se interessante refletir que, no processo de escravismo e questões raciais, também foram consideradas três das cinco ocorrências da palavra “Brasil” e suas variações no texto, sendo as três mesmas do eixo anterior (colonização). Essa observação significa que todas as vezes em que o Brasil foi remetido no texto, ao tratar sobre como se deu a colonização portuguesa aqui, também tratou-se de questão da raça e/ou do processo de escravagismo. Todas as ocorrências foram realizadas pelo autor Aníbal Quijano. Já com “Portugal” e variações, das quinze ocorrências, cinco se inserem no eixo do processo de escravagismo ou questão da raça;

“América do Sul” não registrou ocorrências nesse eixo, ao passo que “Cone Sul” registrou seis ocorrências, todas interligadas ao eixo da escravidão e questão da raça e, novamente, todas também realizadas por Quijano.

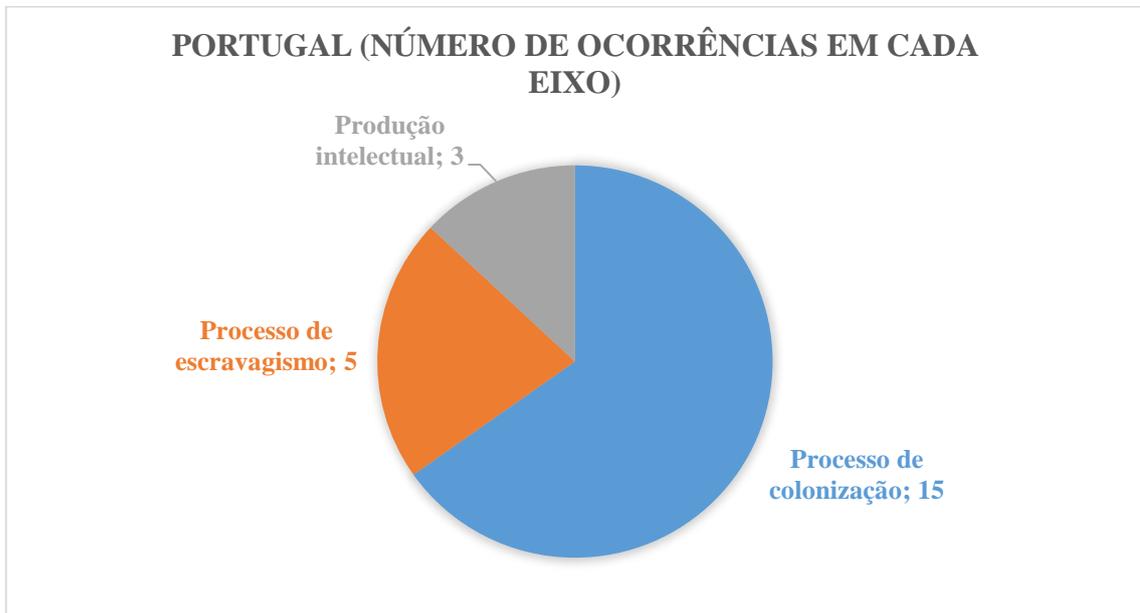
Por último, tem-se o processo de produção intelectual como o eixo que, dentre os três estabelecidos para análise, conta com o menor número de ocorrências: cinco ao todo. Considerando as cinco ocorrências de “Brasil”, duas se inserem em considerações relacionadas ao processo de produção intelectual. Com “Portugal” e variações, temos três das quinze ocorrências no eixo; também não se registram ocorrências de “Cone Sul” e “América do Sul” na categoria de produção intelectual.

Como se vê, a ocorrência da palavra “Brasil” e suas variações apresentam equilíbrio em todos os eixos estabelecidos, o que sinaliza que a menção ao país se resume, basicamente, à esses três eixos de forma equilibrada. Já o gráfico que compreende os eixos nas quais estão contidas as ocorrências de “Portugal” e variações, tem-se os seguintes resultados: todas as quinze ocorrências remetem à citações referentes ao processo de colonização. Destas quinze, cinco também tratam do processo de escravagismo e três do processo de produção intelectual. O dado em si não surpreende, visto que as discussões do grupo incorporam análises historiográficas e, portanto, Portugal é mencionado em ocasiões em que se discute o colonialismo e a escravidão no Brasil. Sobre a pesquisa referente ao Cone Sul e América do Sul, notamos que, das oito ocorrências ao todo, sete se incluem/agrupam no eixo de colonização. Seis estão interligadas ao eixo da escravidão e nenhuma ao eixo de produção intelectual. Abaixo, apresentam-se os gráfico para que se visualize de maneira mais elucidada os resultados obtidos:

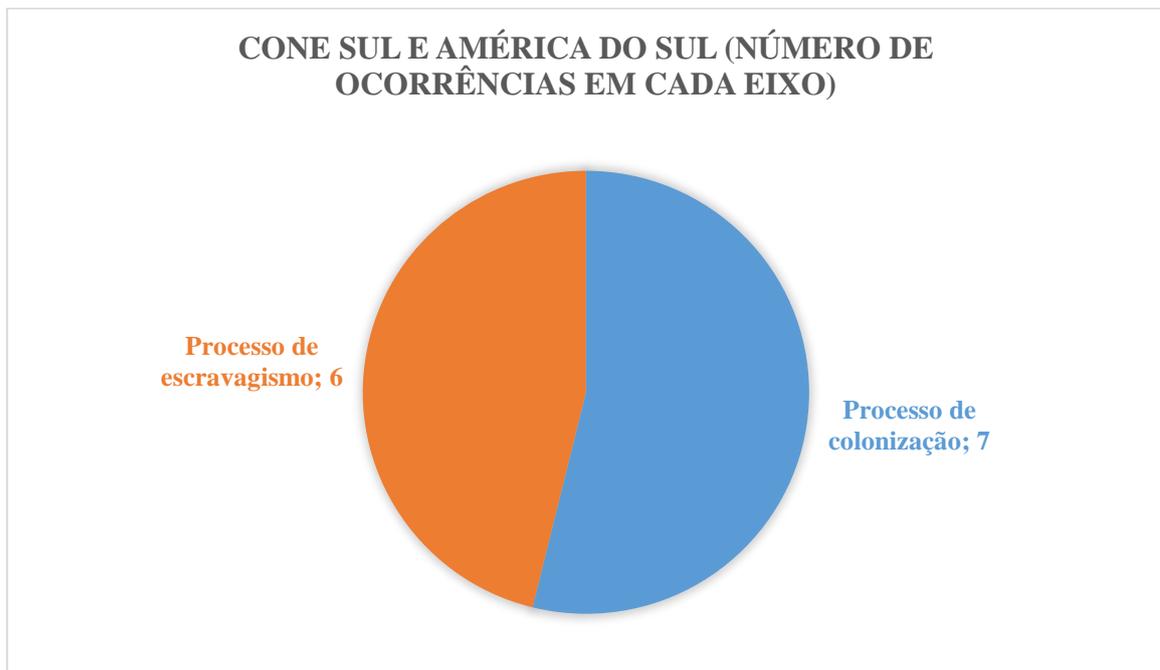
Gráfico 6 – Número de ocorrências em cada eixo (Brasil)



Fonte: gráfico de elaboração própria (2020), utilizando-se os resultados obtidos com a pesquisa.

Gráfico 7 – Número de ocorrências em cada eixo (Portugal)

Fonte: gráfico de elaboração própria (2020), utilizando-se os resultados obtidos com a pesquisa.

Gráfico 8 – Número de ocorrências em cada eixo (Cone Sul e América do Sul)

Fonte: gráfico de elaboração própria (2020), utilizando-se os resultados obtidos com a pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O coletivo Modernidade/Colonialidade é constituído por integrantes provindos de numerosos países, em sua maioria latino-americanos. Além disso, o grupo possui um marcante traço transdisciplinar. Ou seja, a pluridiversidade parece reger o grupo, transbordando qualquer fronteira imposta por áreas distintas do conhecimento. Tem-se integrantes atuantes de boa parte de saberes sociais e humanos, sendo a filosofia, sociologia e os estudos literários os três campos do conhecimento mais recorrentes. Assim, considera-se que, a trajetória de como foi se formando o grupo, é baseada no diálogo frutífero entre indivíduos de diversas regiões e áreas do conhecimento.

Além de ser o único membro do coletivo a tratar do Brasil no livro pesquisado, também é o autor que realiza a maior parte das citações relacionadas ao problema de pesquisa. Assim, a colonialidade do poder e a ideia de raça têm um papel central nas discussões de Quijano e representando praticamente todas as menções ao Brasil. Por tais motivos, optou-se por dar ênfase na análise do autor. Tratando da questão do Estado-nação na América Latina, Quijano explica como é indispensável que haja democratização das sociedades, o que não foi possível em grande parte do continente, onde os Estados-nações então independentes e em formação, foram conduzidos por uma minoria branca e com interesses antagônicos ao da maioria da população (composta por indígenas, negros e “mestiços”). Também verificou-se como o Brasil é tido como um país onde é imposto o “mito da democracia racial”, na qual se constrói e dissemina a falsa percepção/pressuposto de que não existem diferenças significativas entre distintas “raças” e etnias no sentido de uma cidadania plena. Compreende-se que já se passaram vinte anos desde a publicação do livro até o ano em que esse trabalho de conclusão de curso está sendo escrito (2020) e, portanto, destaca-se que nas últimas duas décadas, avanços e conquistas foram obtidas por parte de movimentos sociais, antirracistas e, em menor parte, em decorrência de algumas poucas políticas públicas que foram adotadas visando confrontar o racismo estrutural que perdura no Brasil (pode-se citar as políticas de ações afirmativas, também conhecidas como “cotas”).

Portanto, considera-se que, apesar de alguns avanços e alterações no diagnóstico de Quijano, o Brasil segue incluso nesse grupo de países latino-americanos, tanto na consideração sobre o mito da democracia racial como na que coloca o Brasil como um país composto em sua maioria de indígenas, negros e “mestiços”, tendo sido o Estado-nação brasileiro criado por uma minoria branca e de costas para a maioria da população. Ainda que o Quijano não houvesse citado o país, por exemplo, não seria difícil para uma leitora brasileira notar as semelhanças

que existem entre o caso do Brasil e de grande parte dos países do continente, onde a escravização foi um sistema que se perpetuou, em alguns casos, até muitos anos depois da independência formal.

Ou seja, uma vez que Quijano atuava em uma universidade do Peru, – seu país natal – nota-se que o autor traz um maior enfoque em casos de países da América do Sul. Ainda, há a possibilidade e é provável que autores, numa elaboração e lógica similar à de Quijano, não citaram o Brasil porque o consideram como integrante da mesma *realidade histórica* de grande parte da América Latina em aspectos de diversas esferas que ambos atravessaram no período do colonialismo (como o escravagismo), apesar das particularidades da colonização portuguesa. Afinal, Aníbal Quijano é considerado uma das três figuras centrais (ESCOBAR, 2003) do coletivo Modernidade/Colonialidade, ao lado de Enrique Dussel e Walter Mignolo e, portanto, supõe-se que suas análises devam ser acolhidas ou compartilhadas pelo menos com parte considerável do coletivo.

Além disso, verificou-se que termos como “América do Sul”, que possuem uma conotação geográfica mais generalista e abrangente, são raras no texto. Ao passo que, “Cone Sul” se mostrou mais recorrente, o que sinaliza a tendência à uma análise mais geopolítica/sócio histórica, onde é recorrente que se adentre em casos individuais de países da América Latina, assim como em organizações (tais como a CEPAL) e blocos mais específicos de alguns países (como o Cone Sul).

A maneira pela qual os autores abordam as temáticas no livro - que tratam sobretudo de questões de colonialismo histórico e de como operam diferentes dimensões da colonialidade na vida social - incorporam noções e discussões como as de sistema-mundo, centro/periferia, modernidade, dentre outras. Possivelmente, a incorporação de aportes como estes auxiliem na compreensão do porquê, em algumas temáticas, não se adentram em casos específicos de países latino-americanos. Afinal, ao se utilizarem de conceitos abrangentes para suas explicações, é comum que se adentre em países específicos com a única finalidade de exemplificar ou de tratar de algum “caso especial”, ou exceção.

As menções e citações das palavras-chave estabelecidas visaram a aproximação do problema de pesquisa e verificação do pressuposto. Assim, pôde-se identificar que, as ocorrências estão inseridas em três eixos principais: processo de colonização, de escravagismo e de produção intelectual. Além disso, descobriu-se que em momento algum do livro foi realizada alguma diferenciação da “experiência colonial” portuguesa e espanhola, o que é revelador. Afinal, apesar de semelhanças históricas entre as trajetórias de portugueses e espanhóis, parece reducionista dividir a colonização no continente americano simplesmente

entre “britânica” e “lusu-hispânica”, ocultando-se as características próprias da experiência colonial portuguesa no vasto território brasileiro. Dessa forma, considera-se que ocorre um silenciamento a respeito da mais duradoura experiência colonial nas américas: a portuguesa.

Ademais, em nenhuma das ocorrências foi identificada qualquer correlação entre “Brasil” e “Portugal”, em que se traçasse alguma consideração sobre especificidades históricas do Brasil no âmbito da colonização. Sendo assim, o Brasil aparece ligado à países que, numa perspectiva racial, tiveram uma trajetória de escravagismo próxima ao país (como Colômbia e Venezuela). Diferentemente da perspectiva de Segrera, que trouxe o Brasil como um exemplo de “subimperialismo” e “semiperiferia”, a análise de Quijano – deslocada para o racial – traz o Brasil aqui como mais próximos de outros países, principalmente em relação ao processo de colonização e a formação dos Estados-nação.

Ainda que a noção de raça e colonialidade do poder sejam imprescindíveis para os estudos latino-americanos e teoria social num todo, a percepção é a de que faltam considerações a serem feitas sobre o Brasil, para além da questão nacional e da colonialidade do poder. Contudo, entende-se que, a concepção disseminada e compartilhada, que une os autores do coletivo, é a de um sistema-mundo moderno/colonial. Ou seja, vive-se em um sistema-mundo que se forma a partir da expansão colonial europeia, estando o colonialismo diretamente interligado e sendo parte constituinte da modernidade e, por fim, que existe em escala planetária. Significa que, evidentemente as diferenças e especificidades históricas entre os países da América Latina existem e devem ser considerados. Entretanto, as próprias elaborações do coletivo estão voltadas para análises do sistema-mundo moderno/colonial que existe em escala planetária. Portanto, as análises dos autores acabam privilegiando a compreensão de como esse fenômeno se deu, se manifesta e se perpetua em escala planetária através da colonialidade (do poder, do saber e do ser).

Além disso, destaca-se que metade dos integrantes do coletivo, no período que foi elaborado o livro até sua publicação (1998-2000), atuava então em universidades dos Estados Unidos. Considerando-se a questão de “divisão imperial do trabalho” que influencia na geopolítica do conhecimento, há, possivelmente, uma correlação com esse fator e o silenciamento a respeito de maior atenção ao caso do Brasil no texto. Afinal, há de se refletir acerca de qual a noção de “América Latina” por parte dos diversos autores(as) que compõem o coletivo. Ou seja, de fato existe, neste trabalho, o pressuposto de que, possivelmente, a noção de “América Latina” por parte dos integrantes do coletivo dê mais ênfase na análise da América de colonização hispânica e britânica (EUA). Entretanto, não se tem a intenção de realizar uma afirmação determinista que defenda esse ponto sem a apresentação de dados. Afinal, apesar de

todos os pontos e questionamentos já expostos, considera-se que o Brasil é incorporado e considerado como parte do subcontinente na concepção de Quijano, que é um dos nomes centrais dentro das elaborações do coletivo. Contudo, acredita-se que seriam promissoras futuras pesquisas que estudem ou considerem esse “lugar de enunciação” mais ao Norte, por parte de metade dos integrantes do coletivo Modernidade/Colonialidade, como se constatou.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Jórisa Danilla Nascimento. Teoria pós-colonial, estudos subalternos e América Latina: uma guinada epistemológica? Dossiê: Colonialidade, Subalternidade e Identidades. **Estudos de Sociologia**. Araraquara. V. 21. N. 41. 2016.

ANDRADE, Isabela Assunção de Oliveira; BALLESTRIN, Luciana. PÓS-COLONIALISMO NA AMÉRICA LATINA: uma reconstrução a partir da trajetória do grupo latino-americano de estudos subalternos (GLAES). In: **XXIII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**, 23., 2014, Pelotas. Apresentação de trabalho. Pelotas: CTI, 2014. p. 1-4. Disponível em: https://cti.ufpel.edu.br/siepe/arquivos/2014/CH_02224.pdf. Acesso em: 25 set. 2020.

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. DO COLONIALISMO À COLONIALIDADE: expropriação territorial na periferia do capitalismo. **Caderno Crh**, Salvador, v. 27, n. 72, p. 613-627, set./dez. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792014000300011&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 15 out. 2020.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v. 11, n. 11, p. 89-117, maio/ago. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n11/04.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2020.

_____. “Modernidade/Colonialidade sem Imperialidade? O elo perdido do Giro Decolonial. **Dados**, Rio de Janeiro, V. 60, Nº 2. P. 505-540, abr. 2017.

_____. “O Sul Global como projeto político”. **Horizontes ao Sul**. Disponível em: <https://www.horizontesaosul.com/single-post/2020/06/30/O-SUL-GLOBAL-COMO-PROJETO-POLITICO>. Acesso em 04/10/2020.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. PESQUISA QUALITATIVA: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 4, n. 15, p. 679-684, out./dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17>. Acesso em: 07 out. 2020.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago (2000). “*Ciencias Sociales, violència epistémica y el problema de la ‘invención del outro’*”, em LANDER, Edgardo (coord.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago & MENDIETA, Eduardo (1998). “Introducción: la translocalización discursiva de Latinoamérica en tiempos de la globalización”, em CASTRO-GÓMEZ, Santiago & MENDIETA, Eduardo (coords.). **Teorías sin disciplina: latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate**. México: Miguel Ángel Porrúa.

CLACSO, **Rede de bibliotecas virtuais de Ciências Sociais da América Latina e Caribe**. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/>>. Acesso em 09. jul. 2020.

CLACSO, **Site Institucional**. Disponível em: <<https://www.clacso.org/institucional/>>. - Acesso em 28/10/2020.

CLACSO TV, **Lecturas**. “Apresentação do livro *Colonialidad del Saber, Eurocentrismo y Ciencias Sociales*”. Entrevista à Edgardo Lander. Outubro de 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WW2aB9JZoc4/>>. Acesso em 28/10/2020.

CONNELL, Raewyn (2012). “**A iminente revolução na teoria social**”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 80, p. 9-20.

COSTA, Sérgio (2006). “Desprovincializando a Sociologia: a contribuição pós-colonial”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 60, p. 117-183.

DUSSEL, Enrique (2000). “*Europa, modernidad y eurocentrismo*”, em LANDER, Edgardo (coord.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: Clacso

ESCOBAR, Arturo (2003). “*Mundos y conocimientos de otro modo: el programa de investigación modernidad/colonialidad latinoamericano*”. **Tabula Rasa**, n. 1, p. 58-86.

FIGUEIREDO, Carlos V. S. Estudos Subalternos: Uma Introdução. **Raído**, Dourados (MS), v. 4, n. 7, p. 83-92, jan./ jun. 2010.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global”. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, 2008.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. “**Raízes do Brasil**.” 16. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LANDER, Edgardo. (2000). “**A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**”. Edgardo Lander (org). *Colección Sur Sur*, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina.

LEDA, Manoela Corrêa. Teorias pós-coloniais e decoloniais. Para repensar a sociologia da modernidade. In: **Revista dos Pós-Graduandos em Ciências Sociais**. Campinas: IFCHUNICAMP, v.23, n.45/46, 2015.

MIGNOLO, Walter D. (2000). “*La colonialidad a lo largo y a lo ancho: el hemisfério occidental em el horizonte colonial de la modernidad*”, em LANDER, Edgardo (coord.). ***La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latino-americanas***. Buenos Aires: Clacso

NERUDA, Pablo. **Canto General**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1994. 602 p.

PELLEGRINO, Gabriela e PRADO, Maria Ligia. **História da América Latina**. São Paulo: Contexto. 2020.

QUIJANO, Aníbal (2000). “*Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina*”, em LANDER, Edgardo (coord.). ***La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latino-americanas***. Buenos Aires: Clacso

QUIJANO, Aníbal (2010). “*Don Quijote y los molinos de viento en América Latina*”. In: Cicero Araujo y Javier Amadeo (Comp.) **Teoría Política Latinoamericana**. Buenos Aires: Luxemburg.

SADER, Emir. CLACSO. **Enciclopédia Latino-Americana**. Sem ano; sem paginação. Disponível em: <<http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/c/clacso/>>. Acesso em: 05/11/2020.

SEGRERA, Francisco López (2000). “*Abrir, impensar y redimensionar las Ciencias Sociales em America Latina y el Caribe. ¿Es posible una ciência social no eurocêntrica em nuestra región?*” em LANDER, Edgardo (coord.). ***La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latino-americanas***. Buenos Aires: Clacso.

SOTO, Damian Pachón. Nova perspectiva filosófica na América Latina: o grupo modernidade/colonialidade. **Ciência Política: África, América Latina e Caribe**, Bogotá, v. 3, n. 5, p. 10-34, 01 jan. 2008. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/cienciapol/article/view/17029/17893>. Acesso em: 03 out. 2020.